


As implicações do PNAE nas práticas dos agricultores familiares e na geração de oportunidades para o desenvolvimento

 <https://doi.org/10.56238/sevned2024.007-024>

Rosária Cal Bastos

Doutora em Economia Doméstica
Universidade Federal de Viçosa

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Doutora em Economia Rural, pela Universidade Federal de Viçosa, e Pós-doutora em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph-Canadá. É Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Magnus Luiz Emmendoerfer

Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, Pós-doutor em gestão, políticas públicas, turismo criativo e empreendedorismo em Universidades da Holanda e de Portugal. Professor Associado do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa.

Gustavo Bruno Pereira de Souza

Mestre em Economia Doméstica
Universidade Federal de Viçosa.

RESUMO

O presente artigo visou identificar os limites, as possibilidades de atuação e empoderamento dos atores sociais na efetivação do programa, com foco no desenvolvimento pessoal e social, considerando operacionalização do PNAE, à luz das Teorias das Redes Sociais, Teoria da Prática Social e do Desenvolvimento. Utilizou-se como procedimento metodológico uma abordagem quanti-qualitativa, com base no estudo de Caso, envolvendo 07 municípios da Zona da Mata mineira, por meio de 53 entrevistas semiestruturada aplicadas aos agricultores familiares, cujos dados foram analisados através da triangulação de técnicas manuais e automatizadas pelo software IRaMuTeQ e Microsoft Office Excel. Os resultados identificaram que o perfil dos agricultores familiares atende às características que o PNAE busca promover, e apontaram as contribuições e desafios envolvidos no processo da implementação do programa. Evidenciando ainda que a interação dos agricultores familiares nas redes sociais do PNAE pode influenciar suas ações e percepções, moldando seus comportamentos de acordo com a estrutura em que estão inseridos. Conclui-se que o PNAE desempenha um papel significativo no desenvolvimento pessoal e social, mas que existem desafios, como, excesso de burocracia, atraso das chamadas públicas, desinteresse dos agricultores familiares em participar do PNAE, barreiras para criação de cooperativas e associações, dentre outras, que precisam ser repensados e superados para avançar ainda mais o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Agricultor familiar, PNAE, Redes Sociais, Desafios, Desenvolvimento.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo identificar os limites, as possibilidades de atuação e empoderamento dos atores sociais na efetivação do programa, com foco na promoção do desenvolvimento pessoal e social, considerando a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), à luz da Teoria Ampliada das Redes Sociais e da Teoria do Desenvolvimento, por meio da percepção dos agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2023), o PNAE desempenha um papel fundamental na promoção da alimentação saudável e na integração da agricultura familiar na oferta de alimentos para as escolas públicas. Suas transformações ao longo dos anos, especialmente após a Lei n.º 11.947, tiveram um impacto significativo em várias áreas como: o estímulo à Agricultura Familiar, ao buscar promover o desenvolvimento desse setor econômico; a qualidade nutricional, por meio da inclusão de produtos frescos e locais na alimentação escolar das redes públicas de ensino, contribuindo para segurança alimentar; a diversificação da alimentação escolar ao adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares, promovendo, assim, uma alimentação mais diversificada e culturalmente relevante nas refeições escolares; o desenvolvimento econômico local, ao promover o fortalecimento da agricultura familiar por meio do PNAE; a dinâmica social e a interação nas relações da agricultura familiar com as escolas, que visa estabelecer uma conexão mais estreita com os atores e, assim, fortalecer os laços sociais, promovendo uma maior compreensão das realidades rurais; e, além da valorização dos produtos locais e da agricultura familiar, ao reconhecer a importância da produção agrícola local e incentivar as tradições alimentares regionais.

Portanto, o PNAE não deve ser analisado apenas sob uma perspectiva econômica, mas também deve considerar uma série de fatores sociais, culturais e alimentares, que estão envolvidos nesse contexto. É necessário considerar a relação entre os agricultores familiares e a alimentação escolar no processo de implementação do PNAE, em nível local, uma vez que a implementação do PNAE não se resume apenas a colocar em prática o que determina a política pública, mas, é necessário considerar as dinâmicas, as interações, as relações, as implicações e influências entre os atores envolvidos (Freitas, 2017).

Ao pensar na natureza dinâmica das interações sociais e como isso influencia tanto a estrutura das relações quanto as ações dos atores envolvidos na implementação de uma política pública, como o PNAE, é importante entender como ocorre as redes sociais do PNAE; pois, como aponta Freitas (2017), as redes sociais desempenham um papel basilar na formação das ações e estratégias dos atores sociais. A Teoria da rede, abordada por Portugal (2006), traz um quadro analítico que ajuda a compreender as redes sociais por meio de três dimensões: forma, conteúdo e normas das redes sociais. A dimensão "forma" refere-se a quem faz parte das redes; a dimensão "conteúdo" trata dos tipos de informações ou fluxos que circulam nas redes; e a dimensão "normas" aborda as regras que regulam a ação dentro

dessas redes. Essas dimensões fornecem uma estrutura conceitual para a análise das redes sociais e ajudam a compreender como elas funcionam, permitindo assim uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das relações entre atores sociais e redes sociais.

Visando complementar o entendimento teórico das redes sociais, foi utilizada uma teoria ampliada de Redes Sociais, que procura conjugar os componentes determinantes das redes com os elementos das práticas sociais, dialogando com as categorias de análise de Bourdieu (1990) e Giddens (1984) especificamente “habitus” e “estrutura”. Ou seja, a teoria ampliada das redes sociais busca compreender as redes sociais no contexto da prática social desenvolvida localmente, considerando que as conexões entre os atores podem ser um recurso valioso, ao fornecer informações sobre as interações sociais e as dinâmicas que moldam as contribuições e os desafios da implementação das políticas públicas, como o PNAE, além de buscar entender, que, nesse processo, há possíveis conexões com o desenvolvimento pessoal, social, local e regional.

Nesse contexto, deve-se entender que o desenvolvimento vai além do aspecto socioeconômico, que o termo é um fenômeno multidimensional, resultante de uma combinação complexa de fatores. Para Amartya Sen, um renomado economista e filósofo indiano, o desenvolvimento é compreendido com um “estado de felicidade” da pessoa humana, contemplando a múltiplas dimensões do desenvolvimento: social, econômica, cultural, política, espacial e histórica. De acordo com o autor, o desenvolvimento é analisado por meio da abordagem das capacidades e da liberdade dos indivíduos; ou seja, a capacidade do indivíduo de realizar as ações que deseja e valoriza (Sen, 2000).

Nesse sentido, a mudança de paradigma no campo do desenvolvimento passou a valorizar a qualidade de vida das pessoas, considerando diversas dimensões, além do crescimento econômico, conforme alinhado com os ideais debatidos por Sen (2000), que enfatiza a importância da liberdade e das oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social. Sendo assim, é importante buscar analisar a dinâmica e a interação dos agricultores familiares na implementação do PNAE dos municípios da Zona da Mata mineira, visando compreender se, na percepção dos agricultores familiares, o programa tem contribuído para o desenvolvimento pessoal e social da região.

A agricultura familiar merece destaque, pois, na verdade, a agricultura familiar brasileira é responsável por uma parcela considerável de alimentos consumidos no dia a dia das famílias brasileiras (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014). Sendo assim, os agricultores familiares são considerados atores estratégicos para um dos maiores programas de suplementação alimentar do país, o PNAE, pois se dedicam a realizar trabalhos que beneficiam tanto a agricultura familiar, por meio das compras de sua produção local, quanto fortalece as condições de reprodução social e alimentar dos alunos da rede pública de ensino.

Desta forma, pressupõe-se que ao combinar a compreensão das redes sociais, as práticas sociais e as teorias do desenvolvimento, é possível criar estratégias mais eficazes para o progresso econômico,



social, pessoal, humano e ambiental de uma região específica. Considera-se que as implicações do PNAE sobre o desenvolvimento estão associados às dinâmicas e interações relacionadas a própria implementação do programa, a partir do processo de execução da compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar e da forma como esses atores se relacionam e influenciam na implementação do programa, por meio de suas redes sociais e das práticas sociais desenvolvidas, com reflexos sobre o empoderamento deles e sobre o desenvolvimento da região da Zona da Mata mineira.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão trata-se de um estudo de caso, de natureza, quanti-qualitativa, que fez uso da entrevista semiestruturada e da observação, no contexto dos sete municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, sendo eles: Cajuri, Jequeri, Luisburgo, Mercês, Orizânia, Rio Novo e Volta Grande.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas durante os meses de junho a setembro de 2022, com cada um dos agricultores familiares envolvidos direta e indiretamente ao PNAE, totalizando 53¹ entrevistados dos sete municípios selecionados pertencentes a região da Zona da Mata de Minas Gerais, que consentiram² ser entrevistados, os quais foram identificados como Agricultores Familiares (AF). A entrevista semiestruturada contemplava 70 perguntas, que foram divididas em três blocos. O Bloco 1, examinou o suporte governamental envolvidos na dinâmica e interação da implementação do PNAE; o Bloco 2, abordou sobre as implicações/influências das práticas cotidianas ao acesso das Redes Sociais do PNAE, na percepção dos agricultores familiares e, por fim, o Bloco 3, que tratou sobre as contribuições e desafios do PNAE como política pública para o desenvolvimento da região.

A análise das informações coletadas junto aos Agricultores Familiares foi fundamentada na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Assim, a partir dos dados coletados e visando identificar os limites, as possibilidades de atuação e o empoderamento de cada ator na efetivação do programa, com foco no desenvolvimento pessoal e social, considerando implementação do PNAE, por meio das percepções dos agricultores familiares, iniciou-se com a análise do Bloco 1, que foi organizado o corpus geral, constituído pelas 53 entrevistas, as quais foram incorporados ao Software IRAMUTEQ, com o intuito da análise lexicográfica, por meio da Nuvem 2 de Palavras, visando examinar a dinâmica e a interação da implementação do PNAE, na percepção dos agricultores familiares entrevistados.

A análise do **Bloco 2** foi iniciada realizando uma análise lexical por meio do *software* IRaMuTeQ com todas as respostas do Bloco 2, gerando um ranking de palavras de aproximadamente

¹ Foram selecionados os 53 entrevistados/agricultores familiares que foram contratados pelas escolas para fornecer os alimentos ao PNAE, dos municípios pesquisados.

² Os agricultores familiares assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nº 56151822.4.0000.5153, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, de acordo com o número de registro nº 5.354.563.

2 mil termos. A partir desse ranking de palavras, foram selecionados os termos que são relevantes para elucidar ou que têm um forte registro na dimensão relacional da rede. Isso implica escolher as palavras-chave que ajudaram a entender as relações entre os agricultores familiares. Os termos selecionados se tornaram Unidades de Registros que foram organizados, em nome ou categorias/subcategorias, utilizando uma planilha do *Microsoft Office Excel*, criando assim uma estrutura de dados, baseados na Teoria de Redes Sociais de Portugal (2006), que resultou numa figura denominada de hierarquização. Essa hierarquização aborda os conceitos operacionais das redes sociais definidos por Portugal (2006), que concentra em questões-chave, como “Quem?”, “O quê?”, e “Como?”, que permitem entender as redes sociais na perspectiva dos agricultores familiares.

Quando a análise do **Bloco 3**, os dados coletados foram organizados em uma planilha do Microsoft Office Excel e, posteriormente, foram transportados para o IRaMuTeQ, em que foi feita a análise por meio das Nuvens de Palavras, visando destacar palavras-chave/termos relevantes oriundas do corpus de análise das entrevistas, sobre as contribuições do PNAE, como política pública voltada para o desenvolvimento. Segundo Brito (2019), as nuvens de palavras são uma técnica de visualização de dados que exibem palavras com base na frequência em que aparecem no texto e que são exibidos de forma proeminente e em diferentes tamanhos, que permitem agrupar e organizar as palavras que podem representar temas, conceitos ou questões importantes relacionadas ao PNAE, como política pública de desenvolvimento. Sendo assim, no Bloco 3, foi gerada uma Nuvem de Palavra geral com todos os vocabulários das respostas das entrevistas e, em seguida, foi gerado sete Nuvens de Palavras, como as respostas dos respectivos municípios selecionados da Zona da Mata de Minas Gerais, que foram discutidos focando nas contribuições do PNAE em nível local. Logo após, foi realizado a análise da Similitude, que permitiu compreender/identificar conexões e padrões no texto, por meio das ocorrências simultâneas e, desta forma, foi possível visualizar, com mais nitidez, a estrutura do conteúdo do corpus textual de uma outra forma; ou seja, possibilitou compreender/identificar os desafios e a relação do PNAE e seu impacto como política pública para o desenvolvimento pessoal, humano e social, na região da Zona da Mata de Minas Gerais, com foco na perspectiva dos agricultores familiares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

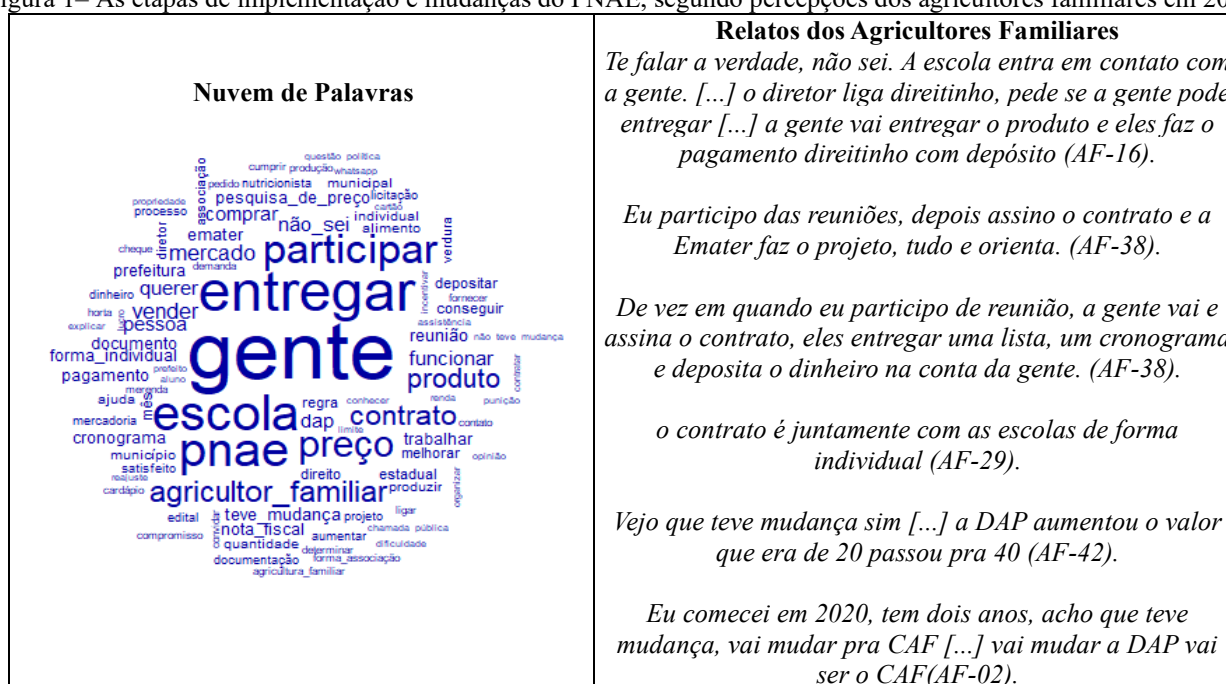
Com base nos dados analisados foram organizados quatro pontos para apresentação e discussão, iniciando-se pela apresentação do Suporte das Lideranças Institucionais envolvidas na Dinâmica e Interação da implementação do PNAE. Em seguida, abordou sobre as Implicações/Influências das Práticas Cotidianas ao acesso das Redes Sociais do PNAE, na visão do Agricultor Familiar. E, na sequência, buscou-se discutir os desafios e contribuições do PNAE como política pública para o Desenvolvimento.

3.1 SUPORTE DAS LIDERANÇAS INSTITUCIONAIS ENVOLVIDAS NA DINÂMICA E INTERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE

Para examinar a dinâmica e a interação da implementação do PNAE, na percepção dos agricultores familiares entrevistados, foi feita a análise por meio das Nuvens de Palavras, que contribuiu para a visualização, de forma gráfica, das palavras mais relevantes, que se destacaram nas entrevistas realizadas, possibilitando registrar a percepção e conhecimento dos agricultores familiares referente as etapas de implementação do processo do PNAE, evidenciando como eles avaliam a gestão do PNAE, bem como a contribuição dos seus trabalhos para o alcance da segurança alimentar e nutricional no contexto das escolas.

No que se refere às etapas do processo de implementação do PNAE, na leitura dos agricultores familiares dos sete municípios estudado, está associado à entrega dos seus produtos às escolas, sendo ressaltado a parceria com a EMATER, que auxilia na organização dos documentos, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1– As etapas de implementação e mudanças do PNAE, segundo percepções dos agricultores familiares em 2023.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

É evidente, ao analisar a nuvem de palavras, que os termos **“gente”, “entregar”, “escola”, “PNAE” e “participar”** são frequentemente mencionados pelos entrevistados, o que ressalta o elo e a importância desses termos na implementação do PNAE. Isso ocorre porque o objetivo principal do programa é proporcionar alimentação escolar aos alunos das escolas públicas por meio da aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar.

Já os termos **“não sei”, “reunião”, “EMATER”, “documentação”, “pesquisa de preço”, “contrato”, “cronograma”, “nota fiscal”, “pagamento” e “depositar”,** evidenciam a estreita

ligação destes termos presentes nas legislações e nas normas para o processo de implementação do PNAE. O termo “**não sei**” demonstra que muitos dos agricultores familiares não conseguem compreender completamente a implementação de todas as etapas do PNAE, conforme comprovado nos relatos apresentados na Figura 1. Nos municípios de Cajuri, Jequeri, Luisburgo e Mercês, a maioria dos agricultores familiares relataram não saber ou não conhecer a etapa de funcionamento do PNAE de seu município, com exceções os municípios de Orizânia, Rio Novo e Volta Grande, que verbalizaram conhecer e entender as etapas do PNAE.

Assim a falta de conhecimento ou de compreensão de muitos agricultores familiares sobre como o PNAE funciona implica inferir que esse fato pode ser devido à complexidade do programa ou à falta de informações claras e acessíveis sobre seus procedimentos e requisitos, indicando assim uma das áreas de preocupação ou desafios que os agricultores enfrentam ao participar do PNAE, conforme comprovado nos depoimentos dos agricultores familiares: “falta informação disso, das regras que temos que fazer para entregar na escola” (AF-08); “eles não divulga sobre o trabalho do PNAE, eu inclusive não sei não, eu acho que a única informação que a gente sabe é só através da Emater mesmo” (AF-28); e “podia ser mais bem divulgado essas etapas aqui no município” (AF-29). Fatos esses coerentes com a discussão de Valadares *et al.* (2022), ao apresentar os aspectos concretos sobre os desafios e os potenciais associados à inserção dos agricultores familiares em mercados institucionais, como o PNAE, destacando as falhas nos canais de comunicação com os agricultores familiares, requisito esse para adesão dos mesmos ao programa.

Outro ponto que chama atenção é que a falta de informação e entendimento inibe o empoderamento do agricultor familiar junto ao processo do PNAE, pois, sabe-se que o agricultor familiar desempenha um papel fundamental nesse contexto, sendo considerado um ator social essencial na implementação do programa. No entanto, é importante que esse agricultor não seja apenas um fornecedor de alimentos, mas sim um participante ativo em todo o processo. Isso implica em sua inserção nas diferentes etapas do processo, desde o planejamento até a execução. Desta forma, é importante reconhecer o agricultor familiar, como um parceiro estratégico no processo de implementação do PNAE, indo além da simples entrega de alimentos. Segundo Mossamann e Teo (2017), nesse contexto, os nutricionistas desempenham um papel importante, atuando como facilitadores e apoiadores no empoderamento dos agricultores familiares, buscando promover espaços de discussão e negociação, onde os agricultores possam expressar suas necessidades, buscar capacitação, treinamento e informações durante toda etapa de implementação do PNAE.

Observa-se que no contexto local das interações, devido a estrutura que estão inseridos os atores sociais, os “*habitus*” internalizados por eles ocorrem de forma diferente, os quais criam regras e entendimentos distintos a partir das disposições que os atores têm para interagir em suas práticas sociais, ou seja, as práticas sociais e as interações no contexto local são influenciadas por disposições

internalizadas pelos atores envolvidos na estrutura. No caso mencionado acima, pode se inferir que os agricultores familiares de alguns municípios não são considerados protagonista da rede de implementação do PNAE devido a estrutura de legitimação e significação os quais estão inseridos; isto é, tem outros atores sociais na dinâmica da rede de implementação do PNAE que se destacam como central, como, por exemplo, a Liderança Institucional representada pela EMATER, que será abordada no próximo tópico.

No que diz respeito os termos **“reunião”, “EMATER”, “documentação” “pesquisa de preço”, “contrato”, “cronograma”, “nota fiscal”, “pagamento” e “depositar”**, verbalizados pelos agricultores familiares, dos sete município, resume a etapa do PNAE, conforme comprovado nos depoimentos que *“Eles convidam a gente pra participar dessas reuniões da Chamada pública (AF-29), que a “Emater organiza a documentação pra gente, faz o projeto, encaminha pra escola” (AF-42), que as escolas fazem “a pesquisa de preço no mercado e leva pra fazer a licitação, e negocia com a gente” (AF-29), que eles assinam “o contrato de forma individual, e eles dão o cronograma pra gente entregar e depois tem que emitir nota fiscal (AF-49) e, por fim, as escolas fazem o “pagamento direitinho com depósito no banco ou com o cheque, mais depósito” (AF-16). Essas etapas da implementação do PNAE foram ratificadas nos trabalhos de Freitas e Freitas (2020), ao destacarem a interação e dinâmica na implementação do PNAE localmente.*

Outro ponto de destaque dentro da nuvem de palavra são os termos **“teve mudança”, “DAP”, “aumentar”, “preço”, “ajuda”, “forma individual”**, grupo esse que revela que os agricultores familiares, na sua maioria, apresentam a mesma percepção ou, até mesmo, similaridade de ideias em relação às mudanças ocorrida no PNAE, nos últimos tempos, principalmente, no que se refere ao processo de implementação do PNAE. Para os agricultores familiares, eles acreditam que *“sim que teve mudança, que o PNAE foi amadurecendo, com a questão do tratamento com o próprio agricultor familiar, valorizando o agricultor familiar” (AF-48). Eles relatam ainda que “vai mudar a DAP, é a DAP vai ser o CAF” (AF-02), e que “melhorou a questão da DAP, que antes era só 20 mil, agora é 40” (AF-41), e que isso é um incentivo a mais, que “pagou melhor, o preço melhorou, esse ano deu para aumentar o percentual” (AF-39).*

A Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021, que aumentou o limite do contrato individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar de 20 mil para o valor máximo de 40 mil por DAP Familiar/ano/entidade executora (Brasil, 2023), parece ter tido um impacto positivo na percepção dos agricultores familiares envolvidos. Essa mudança trouxe benefícios significativos, como maior segurança financeira e satisfação para esses agricultores. Eles agora se sentem mais confiantes em consolidar suas parcerias com as escolas e fornecer produtos de qualidade para as comunidades conforme relatos, *“é aumentou a DAP, podemos vender até 40 mil, isso é bom, é mais segurança e aumenta mais a renda um pouquinho” (AF-13), além de “está cada vez consolidando [...] e as pessoas*

vão vendo o trabalho da gente, vai vendo que a gente leva um produto de qualidade pra comunidade” (AF-40). Essa mudança beneficia não apenas os agricultores familiares, mas também o mercado institucional, estimulando o crescimento da economia local, gerando mais renda e emprego.

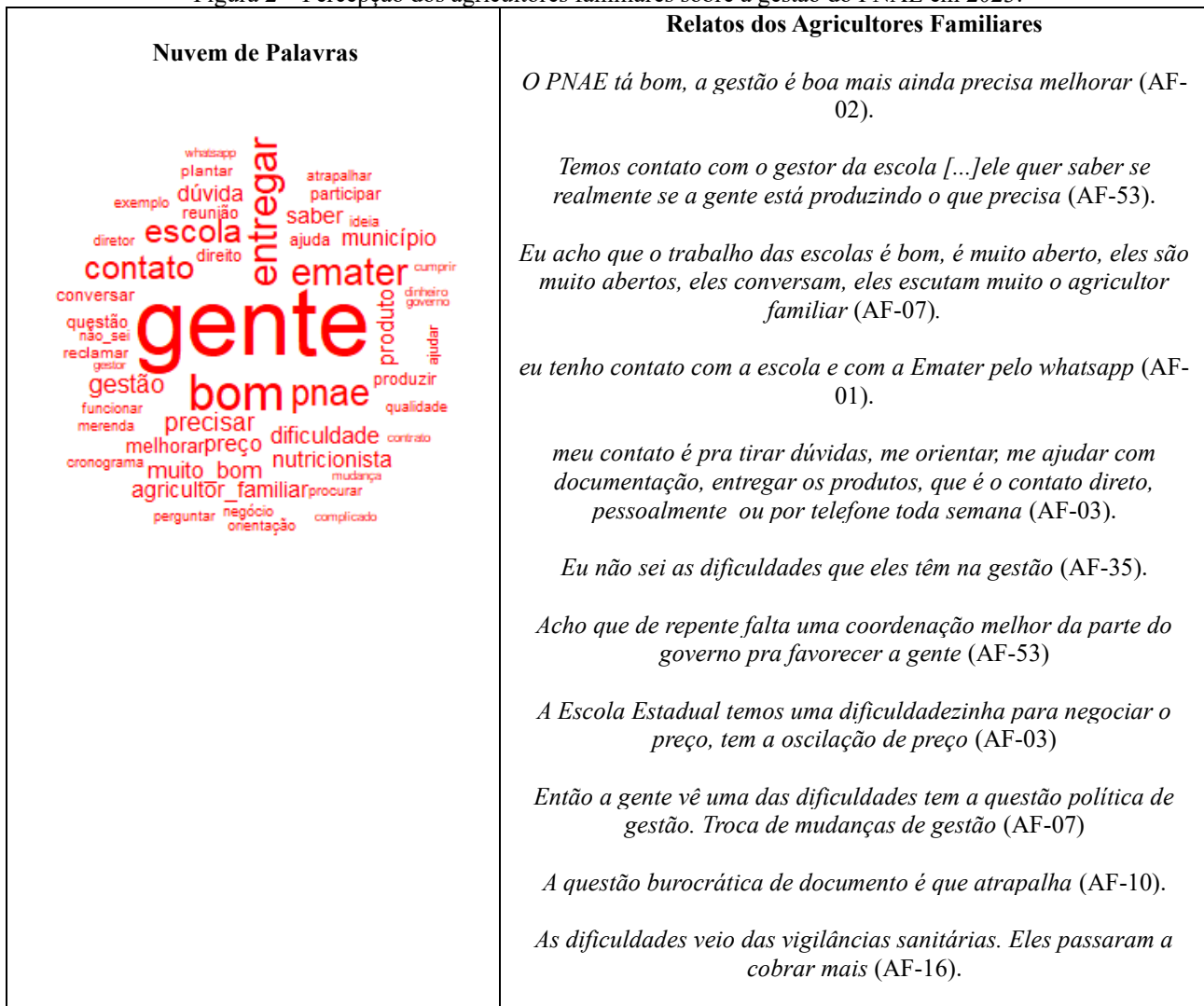
Outro ponto abordado pelos agricultores familiares, seria sobre mudanças nas políticas relacionadas à agricultura familiar e à DAP, que passaria para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Segundo Brasil (2022), a CAF agora é um requisito básico para o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas de apoio e incentivo à produção agrícola familiar. Isso significa que os agricultores familiares precisam se cadastrar no CAF para poderem receber benefícios e apoio governamental para suas atividades agrícolas.

A Portaria do Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar nº 1, de 7 de fevereiro de 2023, entrou em vigor e prorrogou o prazo de validade das DAPs, por mais um ano. Isso significa que as DAPs com vencimento entre 08 de fevereiro de 2023 e 31 de janeiro de 2024 serão automaticamente prorrogadas por 12 meses, permitindo que os agricultores familiares continuem a acessar os benefícios do programa. Pode-se inferir que essas mudanças estão relacionadas aos esforços para apoiar a agricultura familiar no Brasil, facilitando o acesso dos agricultores familiares a políticas públicas e para garantir sua continuidade no programa de apoio, caso do PNAE, conforme corroborado nos trabalhos de Gonçalves, Gama e Medina (2020), Pimentel e Claudino (2020), Coraçari e Gomes (2023) e Christoffoli *et al.* (2021).

Na Figura 2 ilustra-se a Nuvem de Palavra proveniente da percepção dos agricultores familiares referente a avaliação da gestão do PNAE, destacando a forma de contato e das dificuldades que os gestores têm no processo de implementação do programa.

Observa-se, na nuvem de palavras, que os termos **“gente”**, **“bom”**, **“PNAE”**, **“gestão”**, **“precisar”** e **“melhorar”**, são mais evocados, demonstrando uma ligação com a avaliação feita pelos agricultores familiares quanto a gestão do PNAE, o que é confirmado nos relatos da Figura 2. Na fala dos agricultores familiares, registra-se: *“está bom a gestão do PNAE (AF 03 M); que “funciona bem o PNAE, a gestão é boa, trabalho bom”* (AF-09), porém, eles ressaltam que precisa melhorar, que *“a questão de preço que tá precisando melhorar (AF-23), mas os agricultores familiares percebem que a gestão está tentando melhorar, conforme relatado “a gente vê que eles está lutando pra poder melhorar (AF-41). Apesar de avaliarem a gestão como boa, os agricultores familiares percebem algumas fragilidades da gestão do PNAE, conforme corroborado nos trabalhos de Porrua *et al.* (2020).*

Figura 2 – Percepção dos agricultores familiares sobre a gestão do PNAE em 2023.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os relatos dos agricultores familiares evidenciam que a avaliação positiva da gestão do PNAE reflete a internalização (“habitus”) de normas e valores relacionados à eficácia e melhoria contínua do programa, demonstrando assim uma consciência da necessidade de mudanças e ajustes. Isso pode ser interpretado como uma expressão do “habitus”, uma vez que os agricultores familiares incorporam uma disposição para buscar constantemente melhorias.

Outro grupo de termos destacado na Nuvem de Palavras (Figura 2), são “contato”, “escola”, “reunião”, “whatsapp”, “dúvida”, “EMATER”, “nutricionista”, “entregar”, “produto”, “ideia” e “ajuda”, termos esses que destacam novamente a percepção dos agricultores familiares sobre o contato que eles têm com a gestão no processo de implementação do PNAE. Os agricultores familiares relataram que entram em “contato com a Emater e na escola é a nutricionista é que eu tenho mais contato[...] para gente entregar os produtos na escola” (AF-01), e que os contatos são “pra orientar, pra tirar a dúvida e buscar o retorno” (AF-10); além das dúvidas, eles buscam “conversar, trocar ideia, [...] isso é bom ajuda a gente, eu procuro andar direito, e participar sempre” (AF-32). As interações e relações sociais dos agricultores familiares no contexto do PNAE, verbalizadas nos termos

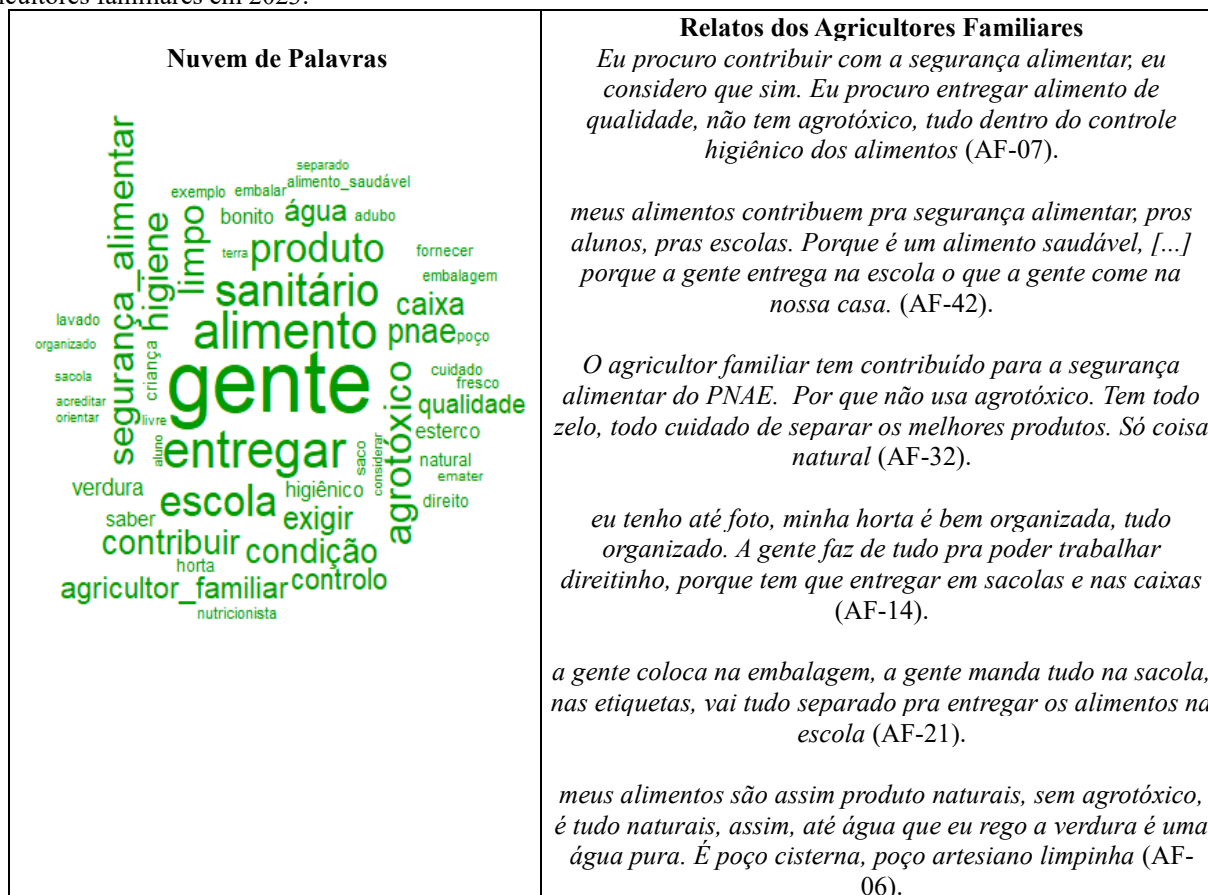
acima, segundo Giddens (2009), envolve as regras e recursos disponíveis para os agricultores familiares na sua prática social. Ou seja, os agricultores familiares ao buscarem contatos, participarem de reuniões, utilizarem meios como o WhatsApp, e interagirem com profissionais, como nutricionistas e a EMATER, reflete a estrutura social que molda suas ações e decisões.

Portanto, as falas dos agricultores familiares podem inferir uma interação entre o “habitus”, com sua ênfase nas disposições internalizadas, e a *estrutura*, com seu foco nas regras e recursos disponíveis no contexto das práticas sociais, demonstrando que os agricultores familiares tiveram uma consciência crítica da gestão do PNAE, ao mesmo tempo em que buscam ativamente orientação e interação com diferentes atores sociais no processo de implementação do PNAE. Ou seja, a ênfase na busca por orientação, tirar dúvidas, trocar ideias e participar ativamente indica uma resposta à estrutura social disponível. Assim, a capacidade de buscar ajuda e se envolver em interações sociais está alinhada com a capacidade dos atores sociais de influenciar ativamente suas vidas.

Quanto à segurança alimentar, na visão dos agricultores familiares, dos sete municípios pesquisados, eles têm contribuído para garantir uma alimentação saudável para os alunos das escolas públicas, conforme destacado na Figura 3.

Os termos “gente”, “sanitário”, “alimento”, “entregar”, “escola”, “exigir”, “controle”, “agricultor familiar”, “contribuir”, “higiene” e “segurança alimentar”, evidenciam a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvida no contexto do PNAE. A estreita relação entre a segurança alimentar e o PNAE é uma iniciativa essencial para garantir que os alunos tenham acesso a alimentação saudável e adequada durante sua jornada escolar. Ou seja, o PNAE desempenha um papel fundamental na concretização desse direito à alimentação escolar, conforme estabelecido na sexta diretriz do Art. 2º, da Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009). Essa diretriz ressalta a importância de garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com igualdade de acesso, levando em consideração as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde, bem como atendendo às necessidades específicas daqueles que se encontram em vulnerabilidade social (Brasil, 2023). Assim, é importante reforçar que o direito à alimentação escolar é uma política pública desenvolvida em muitos países, incluindo o Brasil, onde o FNDE tem um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos, ao investir recursos na compra de alimentos diretamente dos agricultores familiares.

Figura 3 – Contribuição do agricultor familiar para segurança alimentar por meio do PNAE, segundo percepções dos agricultores familiares em 2023.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na percepção dos agricultores familiares, eles vêm contribuindo para segurança alimentar nas escolas, estão sempre preocupados e perguntando se seus alimentos estão atendendo as escolas e se precisam melhorar, e relatam que seus alimentos “*tem ajudado para a segurança alimentar do PNAE*” (AF-18), porque “*são assim produto naturais, sem agrotóxico*” (AF-06), além de estarem “*incentivando os meninos às vezes comer legumes e verdura e fruta*” (AF-23).

Outro aspecto destacado é o cuidado com a entrega dos alimentos, constatado nos termos “**lavado**”, “**limpo**”, “**organizado**”, “**sacola**”, “**caixa**”, “**embalagem**” e “**separado**”, que demonstra o compromisso dos agricultores familiares em garantir que os alimentos estejam dentro das condições higiênico sanitário quando chegam às escolas, seguindo as orientações e exigências do PNAE. E esse fato é confirmado na verbalização dos agricultores familiares ao dizerem que “*a nutricionista sempre fala pra gente [...] entregar tudo organizado*” (AF-48), “*tudo muito bem arrumado, limpinho, lavadinho*” (AF-19), nas “*embalagens com sacola transparente e etiquetas*” (AF-12), e que não pode entregar os alimentos na “*caixa de madeira, porque agora passou para caixa de plástico*” (AF-51). Nas falas dos agricultores familiares, percebe-se elementos do “*habitus*” relacionados à cultura agrícola familiar, quando eles dão ênfase na produção de alimentos naturais, sem agrotóxicos, e o cuidado com a entrega dos alimentos, demonstrando uma orientação para práticas mais sustentáveis e alinhadas com

uma visão de saúde alimentar. Assim, o “habitus” de se preocupar com a qualidade dos alimentos fornecidos às escolas e o incentivo ao consumo de legumes, verduras e frutas pelos estudantes podem refletir uma atitude arraigada de responsabilidade social e preocupação com a nutrição.

Além disso, a presença dos termos “**água**”, “**agrotóxico**”, “**esterco**”, “**poço**”, “**horta**” e “**EMATER**” sugere que tanto as escolas quanto a EMATER desempenham um papel importante em orientar os agricultores familiares sobre práticas seguras na produção de alimentos, como o uso de água clorada, evitar o uso de agrotóxicos e seguir diretrizes da segurança alimentar. Esse ponto é comprovado nos depoimentos dos agricultores familiares, ao destacarem que “*o alimento chega limpo, a gente lava com água clorada*” (AF-03); que a EMATER orienta que “*a gente não pode irrigar as verduras da horta com água do rio*” (AF-07), “*orienta que no canteiro da horta não pode usar esterco*” (AF-18), e que “*não pode jogar algum agrotóxico nos alimentos na sua produção*” (AF-04).

Outro ponto que chama atenção é que as referências aos termos como “nutricionista”, “EMATER” e às orientações sobre cuidados na produção dos alimentos indicam a presença de estruturas institucionais e normas que influenciam as práticas dos agricultores familiares. Desta forma, a adaptação dos agricultores às exigências do PNAE e às recomendações da EMATER sugere uma interação entre as ações individuais (dos agricultores familiares) e as estruturas institucionais (nutricionista, EMATER, diretrizes do PNAE).

Nesse sentido, a percepção positiva dos agricultores familiares em relação à contribuição deles para a segurança alimentar, no contexto do PNAE, demonstra o sentimento de responsabilidade que eles têm ao garantir que os alimentos que fornecem atendam aos padrões de higiene e qualidade exigidos pelas escolas e pelo PNAE. Ou seja, pode-se inferir que os agricultores familiares estão conscientes de sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional nas escolas e estão dispostos a tomar medidas para garantir que seus alimentos possam atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PNAE, o que é corroborado nos trabalhos de Abreu (2014), Freitas (2017) e Santos e Torres (2022).

3.2 IMPLICAÇÕES/INFLUÊNCIAS DAS PRÁTICAS COTIDIANAS AO ACESSO DAS REDES SOCIAIS DO PNAE, NA VISÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

Para entender as implicações e as influências nas práticas cotidianas, buscou-se concentrar nas experiências e na capacidade dos atores envolvidos de colaborar, negociarem e adaptarem o programa às necessidades e realidades locais; ou seja, entender como as práticas sociais influenciam o contexto das Redes Sociais do PNAE em nível local. Para tanto, foi considerada a perspectiva da Teoria Ampliada das Redes Sociais, que conjuga as Teoria das Redes Sociais de Portugal (2006) com a Teoria das Práticas Sociais, apontadas por Bourdieu (1990) e Giddens (1984), buscando-se examinar o “habitus” (dispositivos internalizados pelos atores) e a “estrutura” (significado, dominação e

legitimação), que existem no comportamento e campos de atuações dos diversos atores, de forma a elucidar as práticas sociais desenvolvidas e as redes sociais ativadas no processo de implementação do PNAE.

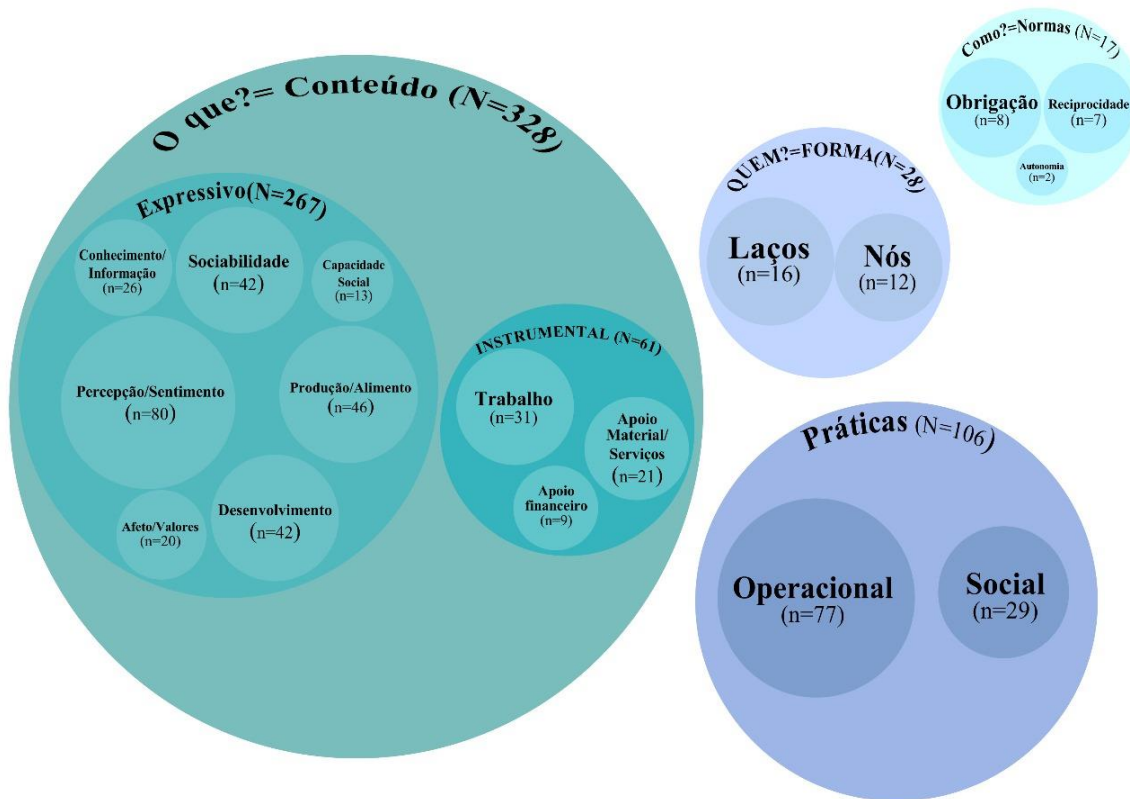
Nesse contexto, sob a perspectiva dos agricultores familiares, abordou-se como eles percebem as atividades práticas, as regras e as redes sociais que circulam as ações e relações envolvidas no processo de implementação do PNAE. Foram identificados **17 elementos**, como principais assuntos abordados, os quais foram agrupados sob as seguintes categorias: Práticas (Operacional e Social); Conceitos Operacionais da Rede Social do PNAE (**Forma** – Nós/Atores e os Laços; **Conteúdo - Instrumental** = Trabalho, apoio financeiro, material e serviços, e **Expressivo** = Desenvolvimento, Sociabilidade, Afeto/valores, Conhecimento/Informação, Capacitação Social e Percepção/Sentimento; Produção/Alimento; além das **Normas** - Obrigação, Reciprocidade, Igualdade e Autonomia) como pode ser evidenciado na Figura 34.

Para compreender os principais pontos abordados, os **17 elementos** foram analisados visando as **Práticas Sociais entre os atores do PNAE, com foco no “habitus” e “estrutura”** juntamente com os **Conceitos Operacionais da Rede Social do PNAE** (Portugal, 2006), tendo em vista a proximidade entre os assuntos abordados nas investigações, caracterizadas a seguir.

Para analisar as práticas sociais desenvolvidas pelos atores envolvidos no PNAE, foi solicitado aos agricultores familiares que comentassem sobre quais atores faziam parte do processo de implementação do PNAE e como suas ações eram constituídas. Assim, os aspectos visualizados na Figura 4 contemplam os conceitos operacionais das redes sociais abordados por Portugal (2006), que considera sua **forma** (quem faz parte das redes?), **conteúdo** (o que? quais os conteúdos dos fluxos das redes?) e as **normas** (como? quais as normas que regulam a sua ação?).

Na leitura dos agricultores familiares, a **Forma** que compõe o PNAE; ou seja, **“Quem faz parte das redes do PNAE”**, está relacionada aos 12 Nós/atores, sendo eles: **Agricultor Familiar, Escola, EMATER, Prefeitura, Sindicato, Município, Nutricionista, Aluno, CAE, Estado, diretor e merendeira**, conforme destacado nos relatos: *“os atores que participam desse PNAE, é escola, é prefeitura, é aluno”* (AF-16); *“O estado, a escola, a Emater, o agricultor familiar, e eu acho que tem o conselho de alimentação”* (AF-07), *“a nutricionista e acho que a merendeira também”* (AF-48) e o *“próprio município”* (AF-09). Agora, referente ao Sindicato, os agricultores familiares perceberam pouca atuação por parte desse Nós/ator no processo de implementação do PNAE, relatando que *“igual o sindicato, eu quase não tenho contato”* (AF-39), o *“sindicato é mais fraco um pouco”* (AF-51), o *“sindicato faz é tirar a nota”* (AF-32), e *“perdeu um pouco da força”* (AF-24).

Figura 4 – Principais elementos da rede social do PNAE, na percepção dos agricultores familiares da região da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A percepção dos agricultores familiares referentes aos atores entrelaçados nas redes sociais do PNAE, demonstra a sua capacidade reflexiva de desenhar as ações de outros atores sociais, como modo determinante da forma que internalizaram suas experiências do mundo externo. Ou seja, os agricultores familiares podem manter sua forma de agir ao interagirem com outros atores nas redes sociais do PNAE, adaptando, ajustando e construindo suas percepções no decorrer do processo, além de moldarem seus comportamentos mediante a estrutura que estão inseridos. Essa afirmação é corroborada pelos pensamentos de Bourdieu (1990) e Giddens (1984) ao ressaltarem que a atuação dos atores sociais na relação com as suas práticas sociais dentro e fora dos espaços institucionalizado está determinado pelo “habitus” e “estrutura” que compõem seu contexto social.

Nesse contexto, dos Nós das redes ligadas ao processo do PNAE, os agricultores familiares apontaram **17 tipos de laços**, que foram estabelecidos entre os atores desse programa, que se resumi em: **família, comunidade, colega, vizinho e amigo**, conforme relatado: “*nós trabalha tudo em família para entregar na escola*” (AF-29); “*trabalhar em comunidade é muito mais prático, pois, ajuda no transporte para entregar nosso produto lá na escola*” (AF-37; e “*os colegas, os vizinhos que eu vejo também entregando, fala com a gente a forma correta de entregar os alimentos na escola*” (AF-48). Para Portugal (2006), a força dos laços deve considerar um conjunto de fatores, como: a pluralidade de conteúdos de troca existentes em um laço, a duração da relação, a intensidade emocional, a intimidade

e os serviços recíprocos; além de serem classificados como **fortes ou fracos, positivos e negativos, e ativos e passivos**.

Assim, os **laços fortes e fracos** se baseiam na intensidade, duração de um relacionamento, grau de intimidade e serviços recíprocos. **Os laços positivos e negativos** dizem respeito à natureza dos relacionamentos, sendo que **os laços positivos** são caracterizados por atores que compartilham objetivos e interesses comuns, enquanto **laços negativos** envolvem diferenças e distinções entre os indivíduos ou entidades envolvidas. Agora, **os laços ativos e passivos** se baseia na frequência e na natureza das interações, visto que **os laços ativos** envolvem interações regulares e diretas, como ajudas mútuas, conselhos, apoio e críticas; e por outro lado, **laços passivos** não envolvem interações cotidianas, mas ainda são importantes para a segurança individual e familiar, pois as pessoas sabem que podem contar com esses laços quando necessário (Portugal, 2006).

Na visão dos agricultores familiares, os laços tecidos pelos Nós das redes ativadas ao processo do PNAE podem ser representados como **fortes, positivos, ativos e passivos**. Neste contexto, os **laços fortes** representam relações sólidas e duradouras entre os agricultores familiares, a EMATER e as escolas, caracterizados por um alto nível de interação e colaboração mútua (**estruturas**), e que tem objetivo comum de fornecer uma alimentação escolar de qualidade (**positivo**) contribuindo de forma ativa e construtiva para eficácia do PNAE. Agora os **laços ativos** envolvem interações constantes e colaborativa entre esses atores, que estão engajados no fornecimento de alimentos saudáveis e na troca contínua de conhecimentos e práticas relacionadas à produção agrícola, contribuindo assim, para a construção de um “habitus” de cooperação e aprendizado conjunto. Já os **laços fracos** referem-se às interações com outros atores envolvidos no PNAE que não fazem parte do núcleo central dos atores, onde interações são mais esporádicas e menos profundas em comparação com os laços fortes e ativos. No entanto, esses atores estão disponíveis para apoio quando necessário, o que os torna **laços passivos**.

Dentre os laços fortes, percebidos pelos agricultores familiares, é importante ressaltar que a relação entre os agricultores familiares, a EMATER e as escolas tornaram-se fundamental para efetivação do PNAE, ao afirmarem que: “*Agora o que mais se destaca é basicamente o agricultor familiar, a escola e a Emater, é os três que faz acontecer o PNAE*” (AF-21); que a EMATER “*é um vínculo, um elo com a escola nesse processo [...]ela orienta, articula tudo*” (AF-49); “*ela abraça... Abraça a causa*” (AF-03); que tem “*um papel muito importante nesse processo do PNAE*” (AF-05); e que está sendo “*uma conexão entre todos nós com o próprio PNAE*” (AF-35). Essa relação foi destacada nos trabalhos dos autores, Valadares *et al.* (2022) e Bastos *et al.* (2022), que ressaltaram o papel importante da EMATER nesse processo, como uma instituição que desempenha várias funções, como a conexão entre agricultores familiares e escolas; na articulação e intermediação na comercialização, tornando-se uma parceira indispensável para mediar a entrada da agricultura familiar no PNAE, visando garantir condições operacionais e formais para participarem do programa

Desta forma, pode-se inferir que essa análise demonstra a complexidade das redes de sociais, com foco na colaboração, que se formam no âmbito do PNAE. Os laços fortes e ativos são essenciais para o sucesso do programa, pois representam o comprometimento e a cooperação contínua entre os principais atores. Os laços fracos também desempenham um papel importante, pois ampliam a rede de suporte e recursos disponíveis quando necessário, mesmo que suas interações sejam menos frequentes. Essas afirmações estão em consonância com os trabalhos de Campos (2014), Santos (2016) e Freitas (2017), ao buscarem compreender esses diferentes tipos de laços que podem ajudar a fortalecer ainda mais as políticas públicas, como o PNAE, além de melhorar a qualidade da alimentação escolar oferecida aos alunos e o desenvolvimento local.

No que diz respeito ao **conteúdo** dos fluxos das redes (“**O que?**”), foram identificados os conteúdos **expressivos e instrumentais** a que as práticas e os laços dos agricultores familiares permitiram associar, destacando-se respectivamente, **Percepção/Sentimento, Produção, Sociabilidade, Desenvolvimento, Afeto/Valores, Conhecimento, Sentimento, Capacitação Social e Trabalho, Apoio Material/Serviços e Apoio Financeiro**, que são elementos que circulam na rede social do PNAE.

Na visão dos agricultores familiares, o conteúdo expressivo **percepção/sentimento** que circunda as práticas cotidianas no processo de implementação do PNAE ainda é complexa/confusa e complicado, devido a requisitos burocráticos e por falta de clareza, conhecimento e informação sobre como participar efetivamente do programa, conforme relatado “*não sei como funciona esse processo da escola, tem muito documento*” (AF-29) e “*A burocracia do processo de licitação do PNAE é tão grande, que desanima a gente [...]. É complicado isso*” (AF-49). Fatos esses encontrados nos trabalhos de Campos (2014) e Santos (2016). Assim é importante simplificar e flexibilizar os procedimentos burocráticos e fornecer orientações claras para que os agricultores familiares possam se envolver mais facilmente no processo de implementação do PNAE.

Entretanto, os agricultores familiares percebem o seu papel no processo do PNAE, ao reconhecem a necessidade de diversificar sua **produção de alimentos** para atender melhor às demandas escolares e entender que por meio da **sociabilidade**, do **conhecimento/informação** e da **capacitação**, seria uma estratégia determinante para o desenvolvimento deles, bem como para a eficiência e eficácia do PNAE. Ou seja, ao estabelecerem relações interpessoais e a colaboração com outros agricultores familiares e instituições podem criar acordos e facilitar o acesso a recursos e conhecimentos compartilhados. Sendo assim, para os agricultores familiares é importante simplificar o processo de implementação do PNAE, promover a diversificação da produção, incentivar a sociabilidade, e investir em capacitação e conhecimento, ações essas que permite desenvolver e contribuir de maneira mais eficaz para progresso da rede social do PNAE, bem como para o desenvolvimento de seu município e região.

Mas, os agricultores familiares trazem em suas falas a questão do **afeto/valores** percebido na prática social do PNAE, ao descreverem a expressão e a experiência de suas emoções, conforme depoimento: “*eu me emociono, a gente sente muito feliz quando a gente é elogiado pelas merendeiras, que nosso produto é bom pras crianças*” (AF-04); “*o PNAE trouxe a vida pro agricultor familiar, pois aqui na roça é liberdade, serviço não falta não*” (AF-24); “*a gente tem que ser honesto na hora de entregar e na hora de receber, isso é uma confiabilidade que o PNAE me dá*” (AF-53). Apesar de serem termos distintos, “afeto e valores” estão interligados e podem influenciar significativamente a maneira como uma pessoa experimenta a vida e toma decisões; ou seja, tanto afeto quanto valores desempenham papéis importantes na tomada de decisões na vida dos agricultores familiares na hora de entregar e receber produtos, destacando a importância desses princípios éticos na prática social do PNAE.

Na visão dos agricultores familiares, o **Trabalho, Apoio Material/Serviços e o Apoio Financeiro**, foram os elementos destacados no conteúdo instrumental das redes. Para eles, a sua participação no processo do PNAE requer **trabalho** e esforço para cultivar, colher, processar e entregar os seus produtos, de acordo com as exigências do programa (**estrutura de significação**), além de garantir o abastecimento constante de alimentos frescos e saudáveis nas escolas, conforme verbalizado “*a gente trabalha o tempo todo*” (AF-53); “*A gente faz um esforço danado para plantar e entrega na escola*” (AF-18). Para que isso ocorra, na visão dos agricultores familiares é necessário o **apoio material e serviços** para melhorar a produção e a qualidade dos alimentos que fornecem ao PNAE, como acesso a tecnologias agrícolas, sementes de qualidade, equipamentos adequados, além dos serviços de capacitação e assistência técnica, que podem ser fornecidos para ajudá-los a melhorar suas práticas de cultivo e gestão (**estrutura de legitimação**), como relatado: “*a gente tem que comprar equipamento para plantar*” (AF-02); e “*precisa de apoio, de assistência, de incentivar a gente a continuar no PNAE*” (AF-22). Para os agricultores familiares é necessário também, o **apoio financeiro**, “*precisamos de vários tipos de ajuda, como questão financeira*” (AF-17), que pode ocorrer por meio de parcerias, recursos compartilhados, investimento, linhas de crédito ou financiamento (**estrutura de dominação**) que podem permitir aos agricultores familiares a viabilização dos custos de produção e a expansão de suas operações no processo operacional do PNAE.

É importante destacar que esses conteúdos expressivos e instrumentais, segundo Ferreira (2018), não são exaustivos e podem variar de acordo com as características específicas da rede social do PNAE, bem como, em função das necessidades dos seus atores em nível local. Isso sugere que as redes sociais relacionadas ao PNAE não são padronizadas, e as informações compartilhadas nelas podem abranger uma variedade de tópicos e conteúdos, tanto expressivos (como opiniões e discussões) quanto instrumentais (como informações práticas e recursos). Essa flexibilidade permite que a rede social do PNAE se adapte às necessidades locais e às características específicas de cada contexto.

Quanto a questão das **Normas**, “como?”, na percepção dos agricultores familiares, destacam-se as normas da **Obrigação, Reciprocidade e Autonomia**, no processo de implementação do PNAE. Esses pontos, diz respeito ao que Portugal (2006) destaca que a institucionalização das redes produz um conjunto de normas e constrói significados que orientam a ação dos atores e definem sua identidade.

Na leitura dos agricultores familiares, a **norma da Obrigação** refere-se à uma obrigação institucional; ou seja, eles veem o PNAE como uma obrigação institucional, algo que a escola deve cumprir de acordo com a legislação, conforme comprovado nos relatos “*é uma coisa assim necessária, é obrigatória*” (AF-08), “*virou uma obrigação a escola comprar da gente*” (AF-51), “*pela lei, eles são obrigados a comprar da gente*” (AF-39), sendo um direito deles, “*a gente sabe que é um direito nosso, do agricultor familiar*” (AF-03). Mas, eles também percebem a **norma da Reciprocidade**, ao destacarem: “*relacionamento amigável, de reciprocidade, um querendo ajudar o outro*” (AF-42); ou seja, a relação de reciprocidade no contexto do PNAE, significa que há um relacionamento amigável e colaborativo entre os agricultores familiares e os atores envolvidos no programa, os quais auxiliam os agricultores familiares na compra de alimentos, na organização da burocracia e na criação de acordos que beneficiem ambas as partes. Por fim, a **norma da Autonomia** refere-se à capacidade dos atores de definirem sua relação com os outros atores no contexto do PNAE, isso pode estar associado à liberdade de escolherem se querem participar ou não do PNAE, bem como a autonomia na tomada de decisões relacionadas ao programa.

Essas normas, delimitadas pelas estruturas e percebidas pelos agricultores familiares, mostra como o programa influencia suas relações com outros atores envolvidos. Ou seja, o PNAE não é apenas uma imposição/obrigação legal, mas também uma oportunidade de colaboração e autonomia para os agricultores familiares, com base na compreensão das estruturas mentais internalizadas (“*habitus*”) e nas normas que regem o programa (estruturas). Esse fato é explicado por Bourdieu (1990) e Giddens (1984), ao afirmarem que as pessoas interagem com o mundo social e o compreendem por meio do “*habitus*” e “*estrutura*”, que possibilitam que as práticas sociais se reproduzam ao longo do tempo. Em outras palavras, o “*habitus*” influencia as ações das pessoas, enquanto as estruturas sociais fornecem o contexto no qual essas ações ocorrem e, no âmbito das práticas sociais, as pessoas moldam suas ações com base nas estruturas que encontram no seu cotidiano.

Por meio das falas dos agricultores familiares, a dinâmica e interação ocorridas na prática social da rede de implementação do PNAE nos sete municípios ocorrem com alguns particulares diferentes entre os municípios conforme descrito, resumidamente, a seguir:

No município de Cajuri, MG, os agricultores familiares verbalizaram os principais atores sociais envolvidos na operacionalização do PNAE, destacando a escola municipal e estadual, a EMATER e a nutricionista municipal. Reconhecendo ainda que, apesar de existir o Sindicato no município, essa liderança institucional não tem nenhuma ligação com rede de implementação do

PNAE. Os agricultores familiares relataram que entregam seus produtos diretamente na única escola estadual do município, já nas escolas municipais eles entregam num ponto central estipulado pela secretaria municipal de Educação, que é responsável pela distribuição para três escolas municipais existentes no município. A EMATER, na visão dos agricultores é uma parceira central na execução do PNAE, a qual faz o cadastramento, divulga, dialoga com todos os agricultores familiares para o fornecimento dos alimentos à escola. Eles relataram que sabem que tem o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), porém não funciona, que as escolas fazem um edital de chamada pública elaborando um edital com especificações de produção semestral, mas com entregas regulares semanalmente estipulados no cronograma, entregue a cada agricultor familiar. Eles fornecem frutas, verduras, legumes e tubérculos para escolas. Percebe-se que as informações, articulações e negociações para a efetivação da compra de alimentos para a alimentação escolar acontecem mediante a interações entre os atores, que utilizam a reunião, WhatsApp, conversas, diálogos e acordos, como mecanismos necessários para que o processo de compra e venda aconteça. A maioria dos agricultores familiares depende das instruções da EMATER e das escolas, evidenciando o papel dos agricultores como subjacentes, ou seja, ocupam um papel marginal no processo da implementação da rede do PNAE. Entretanto os agricultores familiares de Cajuri, ressaltam seus sentimentos junto a interação com as escolas, como ajuda, reciprocidade e obrigação.

Em Jequeri, MG, os agricultores familiares apresentam como atores sociais as escolas municipais e estaduais, EMATER e nutricionista municipal, e ressaltam a ausência da atuação do Sindicato no processo da rede de implementação do PNAE no município. Eles destacam que trabalham nas escolas por meio da Associação Comunitária Agropecuária de Produção de Alimentos das Comunidades Rurais de Jequeri, MG (AGROJER), coordenada pela EMATER local, e que as escolas estaduais fazem o edital de chamada pública unificada semestralmente para atender as cinco escolas dos municípios, para as escolas municipais, a secretaria de educação municipal juntamente com a EMATER faz o edital de chamada pública semestral e a associação organiza com os agricultores familiares para entregarem nas oito escolas municipais. Os agricultores familiares relataram que entregam frutas, verduras, legumes e carne suína. Evidenciou-se, nas falas dos agricultores familiares, que a dinâmica de informações, articulações e negociação do processo de implementação do PNAE fica limitada ao município com centralidade na EMATER e nas escolas, deixando assim os agricultores familiares à margem da rede, dependendo das informações que circulam. Essa dinâmica de interações entre os atores, segundo os agricultores familiares, envolve reuniões, conversas pessoais, comunicação pelo WhatsApp, acordos e diálogo, como mecanismos necessários para implementação da rede do PNAE.

Já no município de Luisburgo, MG, os atores sociais destacados pelos agricultores familiares, foram, escola municipal e estadual, EMATER e nutricionista municipal. Foi constatado a ausência de

conexão entre o Sindicato e o PNAE, pois, segundo relatos dos agricultores familiares, essa liderança institucional auxilia apenas nos meios legais da propriedade, com documentação e previdência. Tem o CAE, mas os membros não são atuantes. Os produtos adquiridos no edital de chamada pública semestral que as escolas fazem e que os agricultores familiares entregam semanalmente mediante o cronograma estipulado pelas escolas, são frutas, verduras, legumes e feijão. As articulações, negociações, acordos e informações concentram nos atores principais, escola e EMATER, que direcionam os agricultores familiares na rede de implementação do PNAE. Os agricultores familiares do município apresentaram ser dependente do direcionamento da EMATER em todo processo de funcionamento do PNAE. Logo, as informações que chegam até os agricultores familiares são provenientes, em grande parte, desses atores sociais por meio do contato pessoal, pelas conversas e visitas à suas propriedades. Ou seja, todas as dúvidas provenientes dos agricultores familiares são sanadas com a EMATER e as escolas.

No município de Mercês, MG, os agricultores familiares enfatizaram os seguintes atores sociais, escola municipal e estadual, EMATER, nutricionista municipal e que, apesar de existir o Sindicato no município, evidenciou-se a ausência dessa liderança no processo de implementação do PNAE. Já o CAE é atuante nessa rede, o qual tem participação dos membros e dos agricultores familiares na fiscalização e sugestão na compra de alimentos para escolas. Pontos que chamam atenção é que dois agricultores familiares são da comunidade Quilombola existente no município, e que seis dos agricultores familiares estão investindo e inovando em suas plantações para ofertar produtos diferenciados para escolas, como a produção de morangos, açaí e tomate produzidos em estufas. Os agricultores familiares desse município demonstraram ser participativos e atuantes junto ao processo da rede de implementação do PNAE, pois, estão sempre em contato com EMATER e as escolas, cobram sobre os editais de chamadas públicas, negociam diretamente a questão dos preços pagos aos seus produtos.

Orizânia, MG, os agricultores familiares apresentaram como atores sociais a escola municipal e estadual, o Sindicato, a EMATER e a nutricionista municipal, além do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que fazem parte do processo de implementação do PNAE. Vale ressaltar, que o papel do Sindicato nesse município foi enfatizado pelos agricultores familiares, como fundamental para efetivação do programa, evidenciando que o presidente do Sindicato incentiva e auxilia os agricultores familiares em todo processo, além de fazer parte como membro do CAE, fiscalizando e acompanhando as compras da alimentação escolar. A EMATER, por questões políticas, a partir de 2021, não atuou ativamente no processo de implementação do PNAE, mas assistiu os agricultores familiares no município. Os agricultores familiares relataram que forneceu os seguintes alimentos as escolas: frutas, verduras e legumes. Esses alimentos foram adquiridos no edital da chamada pública realizada semestralmente no município, os quais foram fornecidos pelos agricultores familiares contratados pelas

escolas mediante ao cronograma de entrega entregues aos mesmos. As articulações, negociações, acordos e informações ocorreram mediante a interações dos atores sociais supracitados que utilizam das reuniões, conversas e comunicação pessoal e virtual (WhatsApp) que visam resolver as questões estabelecidas para a operacionalização do PNAE.

Em Rio Novo, MG, os atores sociais destacados pelos agricultores familiares foram, escola municipal e estadual, EMATER, nutricionista municipal e CAE. Apenas o Sindicato, como liderança institucional, esteve ausente no processo da rede de implementação do PNAE. Segundo os agricultores familiares, eles forneceram para escolas frutas, verduras, legumes, tubérculos e feijão, que fizeram parte da alimentação escolar do município. Os agricultores familiares demonstraram proatividade e participação nas articulações, negociações e, de acordo com as Lideranças Institucionais do município, conforme comprovados nas entrevistas coletadas, destacou-se uma parceria dos agricultores familiares junto com a EMATER estabelecidas há anos no município. As interações entre os atores sociais ocorrem por meio de reuniões, conversas, encontros, comunicação pessoal e virtual por meio do whatsapp, considerados mecanismos necessários para o processo da rede de implementação do PNAE.

No município de Volta Grande, MG, conforme relatados pelo agricultor familiar, a rede está alinhada aos seguintes atores sociais: escola municipal e estadual, EMATER, nutricionista municipal e que, apesar de existir o Sindicato no município, foi constatado a ausência dessa liderança institucional no processo de implementação do PNAE. Volta Grande, MG, foi um município que teve que buscar em outro município a participação dos agricultores familiares para entregarem os alimentos a suas escolas, tanto municipal quanto estadual. Os alimentos fornecidos para escolas são fornecidos pelos agricultores familiares do município de São Domingos, um município vizinho. As escolas fazem um edital de chamada pública semestralmente, com entregas regulares semanalmente realizadas pelos agricultores familiares dos alimentos especificados nos editais como frutas, verduras, legumes, hortaliças e arroz, que foram introduzidos na alimentação escolar. Os agricultores familiares são proativos e participativos; porém, as articulações, negociações, acordos e informações no contexto do processo de implementação do PNAE depende das interações com atores sociais supracitados, em especial, a EMATER que faz essa conexão entre os municípios de Volta Grande e São Domingos. Essas interações ocorrem por meio do contato pessoal, reuniões, pelo whatsapp e conversas, criando, assim, um mecanismo essencial da implementação da compra institucional dos alimentos no município.

Segundo as sínteses acima e os relatos apresentados em todos os trabalhos, constatou nos sete municípios estudados que a rede de implementação do PNAE é um processo de aprendizagem contínua entre todos os envolvidos e que, apesar de a legislação ser a mesma para todo país, cada um município apresenta particularidades diferentes em sua rede de implementação; ou seja, cada município tem sua especificidade dentro do processo da rede de implementação do programa. Além disso, que as articulações, negociações, acordos, diálogos e informações que circulam no contexto das redes de

interações dos atores envolvidos no processo de implementação são essenciais para estabelecer relações pessoais e sociais, proporcionando segurança aos agricultores familiares para participarem do PNAE. Percebe-se, assim que, o PNAE é um programa complexo que envolve diversos atores sociais (secretaria municipal de educação, EMATER, escolas, agricultores familiares, associações, dentre outros), que devem trabalhar juntos em parceria para que a política pública seja implementada (Triches; Schneider, 2010; Villar *et al.*, 2013), contribuindo para o fortalecimento da política e do desenvolvimento sustentável local (Triches; Schneider, 2010).

No contexto das **práticas** desenvolvidas pelos agricultores familiares, nos sete municípios estudados, no que se refere ao processo de implementação do PNAE, foram destacando a Prática social, em sua dimensão **operacional e social**. A **Prática Operacional** se concentra nas etapas e processos específicos envolvidos na implementação do programa, conforme enfatizada nos seguintes termos: **entregar, vender, preço, alimentos, dificuldade, nota fiscal, DAP, licitação, cronograma, documentação, pagamento, dentre outros**, os quais foram abordados no tópico anterior ao destacarem as etapas do PNAE. Os agricultores familiares expressam a necessidade de maior divulgação e esclarecimento das etapas e procedimentos envolvidos na implementação do PNAE, conforme verbalizados: *“faltas, às vezes, uma divulgação maior disso (PNAE), pra gente tá conhecendo todas as etapas”* (AF-29); *“não sei como funciona esse processo da escola”* (AF-18); o que *“limita a participação da gente”* (AF-07). Infere-se, assim, que a falta de conhecimento sobre como o PNAE funciona pode limitar a participação efetiva de outros dos agricultores familiares ao programa, indicando a importância de programas de capacitação e conscientização para os agricultores familiares, a fim de melhorar sua compreensão e facilitar sua participação no PNAE, garantindo que o programa alcance seus objetivos de apoiar a agricultura familiar e fornecer alimentação de qualidade nas escolas.

No que diz respeito às Práticas Sociais, os agricultores familiares usam uma série de termos para descrever suas experiências e abordagens em relação ao PNAE, como: **conselho, jeito, experiência, acordo/negociação, prático, papo, costume, passado, convívio, história, cultura, dentre outros**, conforme relatados a seguir:

Eu lembro assim que meu pai e minha mãe plantava desse jeito e dava certinho, e eu gosto de seguir mesmo o conselho dos meus pais, e são esses produtos que entrego nas escolas. (AF-18)

todos tem seu jeito de fazer, o meu costume de plantar é assim e tem dado certo até agora. (AF-53)

nas reuniões da EMATER e da escola a gente sentar, bater papo, trocar ideia, trocar informação, troca de conhecimento, sabe quanto custa uma galinha, quanto custa um porco. (AF-48)

Esses termos remetem ao “habitus” dos agricultores familiares dentro das estruturas disponíveis no contexto de suas práticas sociais, vivenciadas por eles no processo de implementação do PNAE que são pautadas pelas relações que eles constroem (Freitas, 2017). Na visão de Giddens (1984), as práticas sociais envolvem interações realizadas por atores sociais (neste caso, agricultores familiares) por meio de várias atividades, e que essas interações são moldadas por crenças, valores, conhecimentos e condutas, que influenciam a maneira como os agricultores familiares atuam em grupos ou comunidades específicas, dependendo do contexto em que se encontram.

Esses termos confirmam o que Bourdieu (1990) e Giddens (1984) abordam ao afirmarem que o “habitus” e a “estrutura” influenciam a maneira como atores pensam, sentem e agem, moldando suas respostas às pressões e demandas do contexto social em que vivem, como pode ser evidenciado nos seguintes relatos:

relação social é mais expressivo, porque no convívio acaba criando outros sentimentos dentro com as pessoas [...] transforma a pessoa que está participando [...] gera amizade ali dentro, tem alguns conselhos. (AF-03)

A gente toma decisão de ajustar alguns acordos, na questão da entrega, do preço. (AF-07)

Mas a gente chega num acordo, conversando, batendo um papo e acertando as coisas. (AF-17)

Nesse sentido, pode-se inferir que a combinação das perspectivas de Bourdieu (1990), Giddens (1984) e Portugal (2006), por meio das práticas sociais, ajuda a explicar como as estruturas sociais afetam as ações e percepções individuais dos atores no contexto do PNAE e como as pessoas, com base em seu “habitus”, contribuem para a reprodução ou transformação dessas estruturas sociais ao longo do tempo, impactando as redes sociais do PNAE, pois as interações entre os atores do programa podem trazer novas configurações à estrutura social, como, por exemplo, as parcerias entre escolas, agricultores familiares locais e órgãos governamentais, que podem criar redes que promovam a sustentabilidade, a qualidade da alimentação escolar e o desenvolvimento da região.

3.3 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO

O PNAE é uma importante política pública no Brasil, que tem como objetivo fornecer alimentação adequada e saudável para os alunos da rede pública de ensino, além de fortalecer a agricultura familiar buscando ainda o desenvolvimento pessoal, social e econômico do país. Nesse sentido, busca-se identificar as contribuições que PNAE faz para o desenvolvimento local e regional, bem como os principais desafios enfrentados pelo PNAE, como política pública, na percepção dos agricultores familiares dos sete municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais.

No conjunto das análises das percepções dos agricultores familiares foram identificadas algumas contribuições alcançadas no processo de implementação do PNAE, segundo Figura 5.

Figura 5 – Nuvens de palavras com as contribuições do PNAE, segundo a percepção dos agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Observa-se que, na maioria dos municípios pesquisados, os agricultores familiares destacaram os termos **“renda extra”, “escola”, “ajuda”, “alimentação saudável”, “qualidade de vida”, “valorização”, “oportunidade”, “vender” e “produto”,** como contribuição do PNAE, que eles percebem, conforme depoimentos a seguir:

O PNAE contribui pra as pessoas crescer na vida, é uma oportunidade, uma ajuda melhor que estimula a gente a um serviço que a gente vê o que plantei e vê o resultado. (AF-06)

contribui para eu plantar e vender para escola, e saber que vou receber também. É uma venda garantida, o dinheirinho no bolso. (AF-14)

O PNAE contribui com a comercialização do trabalho da gente. Ajuda, porque é uma coisa que ao invés de comprar dos atravessadores dos mercados. Dar oportunidade, o pessoal do município ter uma renda extra, não precisa de sair pra fora. (AF-31)

Sim, contribui com a qualidade de vida para o agricultor familiar, para as escolas, para o município, e para o desenvolvimento econômico. (AF-50)

Ele contribui com a gente, porque dá segurança de vender o meu produto e receber, isso é uma confiabilidade que o PNAE me dá. (AF-53)

Os depoimentos dos agricultores familiares, mencionados acima, referem-se aos padrões internalizados de comportamento, pensamento e valores que moldam as práticas cotidianas desse grupo social, percebendo a importância do PNAE em suas vidas. Os agricultores familiares ao destacarem a



contribuição do PNAE para a "renda extra", "venda garantida" e "comercialização do trabalho" reforçam que a estrutura do programa proporciona oportunidades econômicas diretas a eles, substituindo a compra de intermediários. Já os termos "alimentação saudável", "qualidade de vida" e "desenvolvimento econômico" refletem como a estrutura do PNAE, ao exigir a compra de produtos locais e frescos, impacta positivamente não apenas os agricultores familiares, mas também as escolas e o município. Desta forma, as abordagens de “habitus” e da “estrutura” ajudam a compreender como os agricultores familiares internalizam e respondem às práticas do PNAE, enquanto a estrutura do programa, influenciada por políticas públicas, proporciona oportunidades econômicas e contribui para mudanças sociais positivas nas comunidades agrícolas.

Nesse sentido, os relatos acima confirmam que os agricultores familiares tem uma percepção positiva em relação ao PNAE, demonstrando diversas razões pelas quais eles participam do programa e as contribuições geradas no processo da implementação do PNAE, como a **estabilidade de mercado, aumento de renda e melhorias na qualidade de vida**. Para os agricultores familiares, o PNAE proporciona uma fonte de renda estável para eles, garantindo a compra de seus produtos. Essa renda extra ajuda a reduzir a incerteza financeira que muitos agricultores familiares enfrentam e, com o aumento da renda, eles podem investir em suas operações agrícolas, na melhoria da infraestrutura, na aquisição de equipamentos melhores e, conseqüentemente, melhorias nas condições de vida para suas famílias.

Além dessas contribuições, na visão dos agricultores familiares, o PNAE contribui também com a **diversificação da cultura, valorização da agricultura familiar e desenvolvimento local**, conforme corroborado na fala do agricultor familiar, *“eu acho que o programa ajuda no desenvolvimento tanto humano, social, do setor da agricultura. sem dúvida, a gente anima mais a plantar outras coisas, outras culturas para atender as escolas. A gente se sente mais valorizado”* (AF-32).

Na leitura dos agricultores familiares, o PNAE contribui também para **garantir alimentos saudáveis para os alunos das escolas e a promover a educação alimentar**, por meio do incentivo aos hábitos saudáveis desde a infância, contribuindo, assim, para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, para aprendizagem, para um melhor desempenho escolar, além da prevenção de doenças relacionadas à alimentação, como, por exemplo, a desnutrição, como pode ser observado nos relatos dos agricultores familiares: *“hoje eu vejo que os meninos valorizam muito mais a roça [...] a menina tá comendo, uma banana que veio daqui do agricultor vizinho da sua casa”* (AF-07); eles percebem a questão da educação alimentar ao ressaltar que *“a criança já começa lá no início que ela vai pra escola habituar a comer verdura, coisa que muitas vezes não come em casa. Isso pro geral valoriza a agricultura do município e ajuda na saúde da criança”* (AF-48); e *“incentiva o aluno a comer verdura, quiabo, porque está vendo o outro está comendo. É uma reeducação alimentar”* (AF-14).

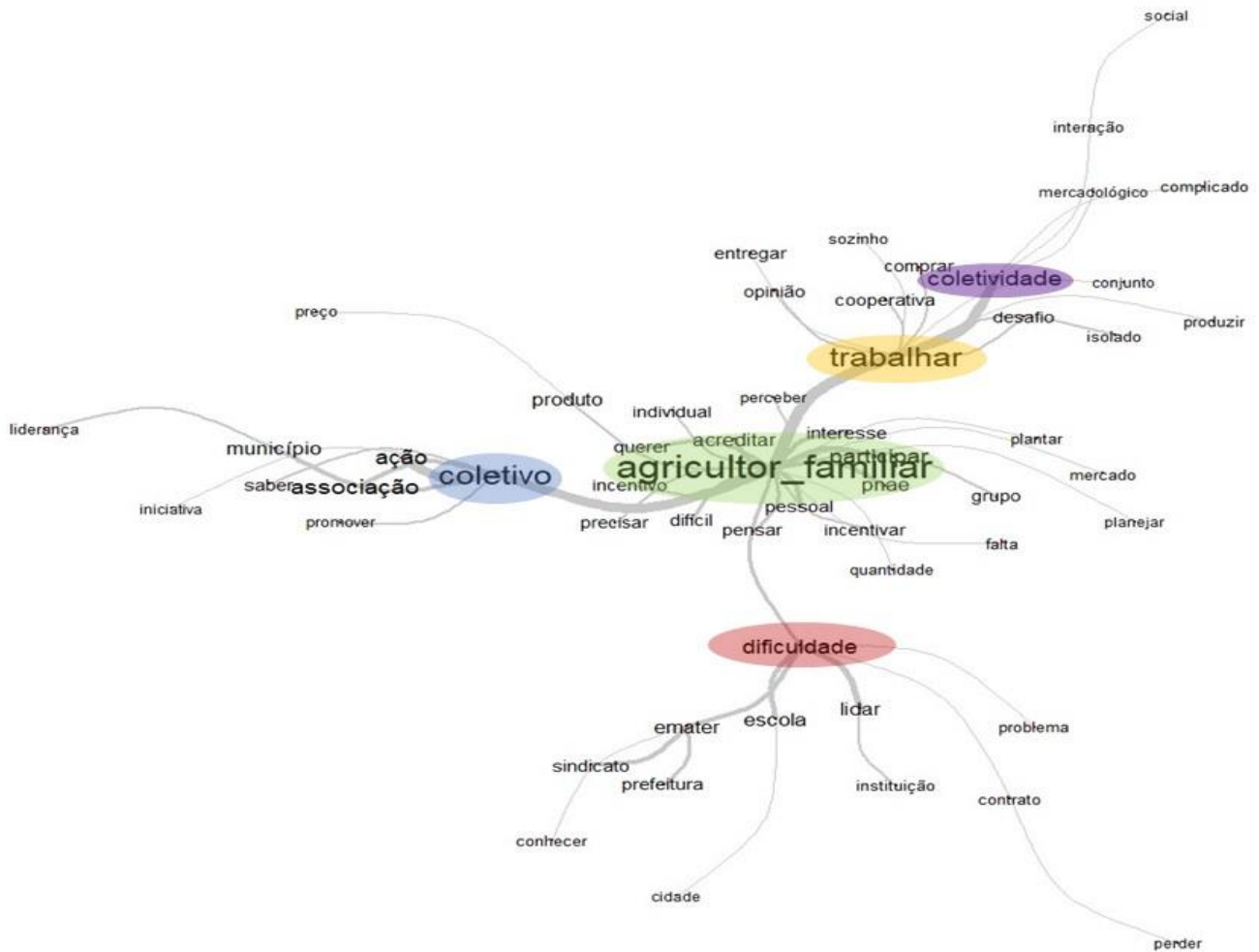
Portanto, o PNAE pode, de fato, representar um instrumento de bem-estar para os agricultores familiares, contribuindo para melhorias em suas condições de vida. Essas contribuições do PNAE podem se resumir em alguns pontos principais, como: estabilidade de mercado, aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, melhoria da alimentação escolar; estímulo à agricultura familiar; diversificação da cultura; valorização da agricultura familiar, promoção à educação alimentar; e o desenvolvimento local e regional. Esses pontos, ressaltados pelos agricultores familiares dos sete municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, evidenciam tanto um desenvolvimento pessoal quando social.

Entretanto, essa eficácia do PNAE depende da implementação adequada e de um ambiente favorável, pois, o processo de implementação do programa pode variar de região para região e de acordo com a forma como o programa é implementado, sendo que, em algumas áreas, podem ocorrer desafios, como pode ser visualizado na Figura 6.

Foi possível perceber a coerência e conexão existente na análise de similitude (Figura 6), que apresentou um conjunto de elementos que expressavam os desafios e dificuldades dos agricultores familiares dos sete municípios estudados da Zona da Mata de Minas Gerais. A Análise de Similitude apresentou uma ramificação dos principais termos elencados pelo *software* IRaMuTeQ, que evidenciaram cinco palavras, “**agricultor familiar**”, “**trabalhar**”, “**coletividade**”, “**coletivo**” e “**dificuldade**”, que se relacionavam e hierarquizavam com outros elementos, em maior e/ou menor grau, dependendo da sua localização no mapa: central ou periférica. Em referência à palavra “**agricultor familiar**”, ancora-se nela, de forma direta e muito próxima, a palavra “**trabalhar**”, que juntas se subancoram em outros termos, como: “**coletividade**”, “**coletivo**” e “**dificuldade**”; ou seja, há aqui várias dimensões manifestadas, como, por exemplo, a dificuldade dos agricultores familiares em trabalhar no coletivo e não perceber a coletividade da comunidade agrícola, principalmente no contexto do PNAE.

O termo “**agricultor familiar**”, na análise de similitude, tem quatro fortes ligações que também ocuparam certo espaço de centralidade, como: “**querer**”, “**interesse**”, “**participar**” e “**PNAE**”. Esses cinco termos incorporaram, na percepção dos agricultores familiares, o desafio percebido da falta de interesse dos agricultores familiares em participar do processo do PNAE, conforme depoimentos, “*vejo a dificuldade do pessoal se interessar mais em organizar essas coisas para escola [...] falta o interesse do pessoal em participar do PNAE*” (AF-31). Assim, o desafio da maioria dos municípios “*seria a falta de produto pra escolas comprarem, a falta de interesse do agricultor em participar, de querer plantar, pra poder entregar pra escola*” (AF-42).

Figura 6 – Análise de similitude dos desafios e dificuldades do PNAE, na visão dos agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Neste contexto, a falta de interesse dos agricultores familiares em participar do PNAE pode ser interpretada como uma expressão do “habitus”; ou seja, uma predisposição internalizada que influencia suas ações e que está associada às estruturas sociais que moldam suas ações e decisões. Assim, a menção à "falta de produto para as escolas comprarem" e a "falta de interesse do agricultor em participar" aponta para fatores estruturais, como a disponibilidade de produtos agrícolas, que influenciam a participação no programa e a organização do processo. Desta forma, os desafios mencionados, como a dificuldade de organização e a falta de produto para as escolas, apontam para barreiras estruturais, que limitam a participação no PNAE. Esses desafios são reflexos das condições sociais e econômicas mais amplas que moldam as práticas dos agricultores familiares.

Foram também destacados os termos “trabalhar” e “coletividade”, que estão conectados com outros elementos, como “isolado”, “sozinho”, “desafio”, “produzir”, “cooperativa”, “interação”, “mercadológico”, “complicado” que estavam presentes nas falas dos agricultores familiares:

Eu acho que o agricultor gosta de trabalhar mais isolado, a gente gosta de trabalhar mais sozinho. (AF-47)



Na minha opinião, o problema é falta de consciência do agricultor familiar de procurar saber pra trabalhar na coletividade, buscar fazer cooperativa para participar do programa aqui e em outra cidade. (AF-05)

Tanto nas questões mercadológica, na interação, na situação financeira são coisas complicadas para o agricultor, isso dificulta muito para gente produzir mais para atender as demandas da escola, é isso que vejo de desafio/problema. (AF-36)

Se a gente conseguisse trabalhar em coletividade a gente ia conseguir comprar matéria-prima mais barata é a gente ia conseguir a cooperativa, por exemplo, e atender melhor as escolas/PNAE. (AF-03)

Os termos citados acima conectam também com o termo “**coletivo**”, que está conjugado com outros seis elementos, como “**ação**”, “**associação**”, “**município**”, “**promover**”, “**iniciativa**” e “**liderança**”. Percebe-se, na visão dos agricultores familiares, o desafio da questão da ação coletiva voltada para criação de uma cooperativa ou associação. Vale ressaltar que dos sete municípios pesquisados, apenas um município é caracterizado no grupo da DAP jurídica; ou seja, agricultores familiares que pertencem associação. Portanto, nos demais municípios, os agricultores familiares entendem que esses termos representam as dificuldades de atenderem as demandas do PNAE, conforme comprovado nos relatos a seguir:

Se trabalhar essa questão do coletivo ia ajudar nas questões do mercado, a gente ia comprar e entregar os produtos no caso se tivesse uma associação. (AF-02)

Acredito que tem algumas dificuldades em lidar com a associação no município, os agricultores é individualista, precisa de ter palestra, quem sabe o município promove algo que desperta a liderança aqui. (AF-48)

Acho que muito pouco que o município vem buscando esse tipo de discussão, de liderança ou de iniciativa coletiva, isso seria muito bom para gente melhorar nossa venda dos produtos pras escolas. (AF-30)

Os desafios supracitados foram apontados nos trabalhos de Freitas (2017), Cardoso *et al.* (2021), Valadares *et al.* (2022) e Harold *et al.* (2023) ao destacarem a falta de interesse dos agricultores familiares em aderirem ao PNAE, as dificuldades na oferta de produtos da agricultura familiar às escolas, as barreiras mercadológicas e os desafios para o cooperativismo no Brasil. Além desses desafios, é importante destacar mais três dificuldades relatadas pelos agricultores familiares que seriam a burocracia envolvida no processo do PNAE, o atraso das chamadas públicas e a questão da logística e de acesso, conforme comprovado nos depoimentos dos agricultores familiares, a seguir apresentados:

para conseguir mexer com a papelada, com a parte burocrática é horrível. Todo mundo sabe trabalhar na roça, plantar legume, mas ninguém sabe mexer com computador, tirar uma nota, entrar num sistema, isso é um desafio para gente, desamina até participar do PNAE. (AF-04)

O maior problema o PNAE é a chamada que atrasa. A chamada publica que atrasa, poderia ser em fevereiro. Poderia ser antes, que aí faz uma programação direitinho com os produtos aqui de plantar. (AF-02)



O desafio é à distância, onde nós mora é longe. Igual eu falei pra EMATER pra mim sair daqui e ir lá na escola levar é difícil. Muito longe. Tem a questão do custo, né. Se eu for pensa assim, uma couve que eu levar para escola não paga a gasolina. (AF-20)

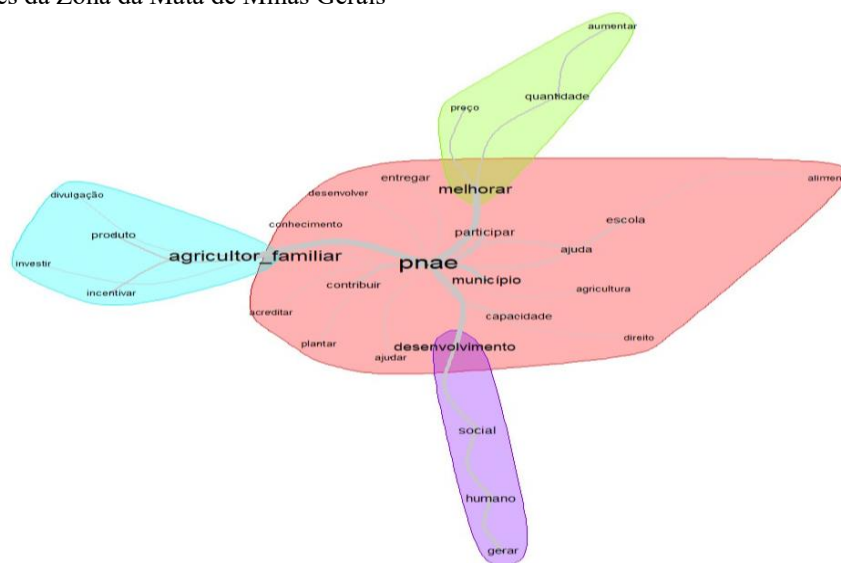
o que eu reclamo do PNAE e vejo como dificuldade é a questão das estradas que estão ruim pra gente entregar nosso produto, a prefeitura poderia arrumar, isso ia ajudar muito a gente, nós ia gastar menos petróleo. (AF-52)

Na leitura dos agricultores familiares são esses os desafios e dificuldades que eles enfrentam no dia a dia ao participarem da entrega de seus alimentos às escolas, no contexto do PNAE. Essas barreiras apresentadas pelos agricultores familiares reforçam a importância da atuação e articulação bem estruturada entre os atores envolvidos, no processo de implementação do programa, que favoreçam o alcance dos objetivos do PNAE. Segundo Freitas (2017), é importante considerar os desafios locais, como elementos fundamentais na implementação de políticas públicas, e que esses desafios podem incluir questões relacionadas à comunicação, infraestrutura, condição social local e as conexões e parcerias constituídas. Isso significa que o contexto local não pode ser visto apenas como aspectos secundários, e sim como um elemento essencial para a compreensão do processo de implementação de políticas públicas. Assim, é importante que a política seja constantemente avaliada e aprimorada para atender às necessidades dos envolvidos.

Assim, as contribuições e os desafios percebidos pelos agricultores familiares na participação do PNAE são importantes e têm impactos significativos na promoção da agricultura familiar e no desenvolvimento pessoal, social, econômico, local e regional, conforme informações destacadas na Figura 37, que apresenta uma análise de similitude, com quatro grupos diferenciados: percebe-se que o termo “**PNAE**”, especificamente, no grupo de cor rosa, surge na centralidade da imagem, numa forte relação, por sua vez, com “**agricultor familiar**”, “**melhorar**” e “**desenvolvimento**”, termos esses que destacam novamente a percepção dos agricultores familiares sobre os subsídios que o PNAE gera para o desenvolvimento pessoal e social dos municípios estudados.

No que se refere ao termo “**agricultor familiar**”, no grupo de cor azul claro, evidencia a importância do governo em incentivar, divulgar e investir no setor da agricultura familiar, para que os agricultores familiares possam produzir mais para atender as escolas locais e da região. Já no grupo da cor verde, relativo ao termo “**melhorar**”, destaca-se a questão de melhorar o preço e aumentar a quantidade de produtos adquiridos dos agricultores familiares e, conseqüentemente, dar subsídios para melhorar a condição de vida e a qualidade de vida dos agricultores familiares. Agora o agrupamento do termo “**PNAE**” nutre ligações com as palavras “**município**”, “**escola**”, “**agricultura**”, “**participar**”, “**ajuda**”, “**contribuir**”, “**desenvolver**”, “**conhecimento**”, “**capacidade**” e “**direito**”, caracterizando um aspecto fundamental do programa que visa fomentar o desenvolvimento local e regional, por meio do processo de aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar do município para escolas.

Figura 37 – Síntese das contribuições e desafios do PNAE como ações para o desenvolvimento, na percepção dos agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

No que se refere ao termo “**Desenvolvimento**”, destacado no grupo de cor roxa, destaca-se as palavras “**social**”, “**humano**” e “**gerar**”, termos esses ligados ao grupo do termo “PNAE”, o que nos permite inferir que o PNAE tem contribuído significativamente em várias dimensões do desenvolvimento, incluindo humano, social, econômico, local e regional. Quanto ao **Desenvolvimento Humano** foi evidenciado que o PNAE contribui ao fornecer refeições nutritivas para os alunos, ajudando a melhorar a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes, impactando positivamente no desenvolvimento cognitivo, no desempenho acadêmico e na frequência escolar. Já no **Desenvolvimento Social**, o programa promove a inclusão social ao garantir que todos os alunos tenham acesso a refeições adequadas, independentemente de sua situação econômica, além da inclusão dos alimentos advindos da agricultura familiar, contribuindo assim, para a redução das desigualdades sociais. No **Desenvolvimento Econômico**, o PNAE contribui quando envolve a compra de alimentos de agricultores familiares locais, impulsionando a economia rural e fortalecendo a agricultura familiar, ao criar oportunidades de emprego e renda nas áreas rurais. Além disso, o **Desenvolvimento Local e Regional** ocorre ao comprar alimentos dos agricultores familiares; ou seja, o PNAE ajuda a fortalecer as economias locais e regionais, reduzindo a dependência de importações de alimentos e beneficiando as comunidades rurais, além de contribuir para melhoria da qualidade da alimentação escolar, promovendo a segurança alimentar e nutricional para os alunos das escolas públicas do Brasil.

Na percepção dos agricultores familiares, o PNAE tem contribuído significativamente para o desenvolvimento deles, dos alunos e do próprio município, pois, ao fornecerem seus produtos alimentícios para as escolas, ocorre a geração de renda, estabilidade para suas famílias e o reconhecimento dos seus trabalhos. Esses pontos foram relatados pelos agricultores familiares, aos dizerem:



vejo que tem valorização do meu produto, a gente tem dinheiro entrando, então a qualidade de vida melhorou, sinto empoderamento, essa sensação de você estar crescendo na vida. (AF-05)

Eu acredito que o PNAE promove o desenvolvimento humano e social do setor da agricultura e da região, sim. Ele estimula o agricultor familiar a plantar mais, a trabalhar, a produzir mais, [...] estimula o agricultor familiar a ficar na roça. É uma alternativa para o agricultor familiar produzir e ter onde vender. Tem um mercado para o agricultor familiar. (AF-05)

vejo que o PNAE é valorização do meu trabalho, fico feliz de ver os alunos come um tipo de verdura que veio do meu trabalho, aí esses meninos ficam forte, e cresce saudável. (AF-14)

O programa é muito bom, ele ajuda a escola com um alimento fresco para os alunos, ele gera para o município uma economia, gera renda, pro agricultor familiar uma qualidade de vida melhor pra família, a gente começa a vender e a ter uma garantia maior de rendimento. (AF-48)

Os depoimentos dos agricultores familiares indicam uma visão muito positiva do PNAE, que está relacionada ao seguintes pontos: reconhecimento e confiança no programa; estímulo à agricultura familiar; valorização do trabalho, benefícios econômicos e desenvolvimento pessoal e social. Ou seja, o PNAE não apenas fornece alimentos frescos para as escolas, mas também gera economia para os municípios e renda para os agricultores familiares, sendo visto como uma iniciativa que promove o desenvolvimento pessoal e social, tanto no setor agrícola quanto na região em geral, gerando renda, melhoria na qualidade de vida das famílias rurais e fortalecimento da economia local.

Outro indicador, como proxy do desenvolvimento pessoal e social, foi o sentimento de empoderamento dos agricultores familiares verbalizado em vários momentos das entrevistas, ao se sentirem no controle de suas vidas, confiantes, autônomos e capazes de enfrentar desafios. Esses pontos são comprovados nos relatos dos agricultores familiares ao afirmarem que empoderar é: “*se tornar mais seguro pra tomar as decisões*” (AF-03); “*poder ser reconhecido*” (AF-14); “*ter minha liberdade financeira e desenvolver mais*” (AF-35); e “*poder tomar decisão, de ser livre*” (AF-15). É importante notar que o empoderamento não é apenas um resultado do desenvolvimento pessoal, humano e social, mas também um meio para o alcançar, que contribui para o crescimento e a evolução das pessoas. Para Wammes, Pastório e Roesler (2013), promover o empoderamento dos atores sociais é uma estratégia importante para melhorar o desenvolvimento pessoal e social em áreas rurais e da agricultura familiar.

Para Sen (2000), o desenvolvimento vai além do crescimento econômico e da renda per capita, enfatizando a importância da liberdade individual e da capacidade de fazer escolhas, como aspectos fundamentais do desenvolvimento pessoal e humano. Assim, referente ao processo de implementação do PNAE e sua relação com os agricultores familiares, pode-se inferir que, se esses agricultores familiares tiveram a liberdade, capacidade e meios para fazerem escolhas e participar ativamente do programa, isso pode ter contribuído para um maior empoderamento dos mesmos e melhoria da qualidade de vida. Desta forma, a participação no PNAE pode representar uma oportunidade para os



agricultores familiares venderem produtos agrícolas para escolas, o que, por sua vez, pode melhorar suas condições de vida, gerar renda e estabilidade econômica.

No entanto, é importante lembrar que a realidade pode ser mais complexa, e a capacidade de fazer escolhas e alcançar uma vida satisfatória pode ser influenciada por diversos fatores, como acesso a recursos, infraestrutura, educação e políticas públicas. Nem todos os agricultores familiares podem ter igualdade de oportunidades no contexto do PNAE, e é importante que as políticas públicas levem em consideração essas desigualdades e trabalhem para garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento para todos.

Nesse sentido, o estudo de Teo *et al.* (2020) pode contribuir ao fornecer elementos que indicam a importância do PNAE na promoção do desenvolvimento local e oportunidades sociais favoráveis para agricultores familiares, escolas, alunos, comunidades e municípios, gerando novas oportunidades sociais e contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Portanto, pode-se inferir que o PNAE é uma iniciativa que vai além de fornecer alimentos para as escolas, pois tem impactos econômicos e sociais significativos, promovendo o desenvolvimento pessoal, humano e social e contribuindo para a educação e o bem-estar dos alunos da rede pública de ensino do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como finalidade identificar o perfil, os limites, as possibilidades de atuação e o empoderamento de cada ator social na efetivação do PNAE, com foco no desenvolvimento pessoal e social, considerando operacionalização do PNAE, à luz das Teorias das Redes Sociais, Teoria da Prática Social e do Desenvolvimento.

Os resultados demonstraram que os agricultores familiares estão conscientes da importância de seu papel na implementação do PNAE, e reconhecem sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional nas escolas, estando dispostos a tomar medidas para garantir que os alimentos oferecidos atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pelo PNAE. Além da percepção positiva dos agricultores familiares das suas responsabilidades e contribuições para garantir os alimentos as escolas, evidenciou-se, também, a importância do suporte das lideranças institucionais no processo de implementação do PNAE, destacando a conexão entre agricultor familiar, escola e EMATER.

É interessante evidenciar que os agricultores familiares ao interagirem nas redes sociais do PNAE, podem adaptar suas ações e percepções, de acordo com seu “habitus”, moldando seus comportamentos com base na estrutura em que estão inseridos. Ou seja, é por meio das práticas sociais e das interações entre os diferentes atores do programa que ocorrem novas configurações na estrutura social, sendo que a formação de parcerias entre as partes interessadas, como escolas, agricultores familiares e órgãos governamentais, é vista como um meio para criar redes sociais, que promovam a



qualidade da alimentação escolar e contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local e regional.

Para maioria dos agricultores familiares, o PNAE é uma iniciativa que vai além de fornecer alimentos para as escolas, pois tem impactos econômicos e sociais significativos em suas vidas, ressaltando como as principais contribuições do programa a estabilidade de mercado, o aumento de renda, a melhoria na qualidade de vida, a melhoria da alimentação escolar; o estímulo à agricultura familiar; a diversificação da cultura; a valorização da agricultura familiar, a promoção à educação alimentar; além do desenvolvimento local e regional.

Entretanto, no decorrer das dinâmicas, das interações e das práticas sociais envolvidas na rede social do processo de implementação do PNAE, é que ocorrem os desafios, as dificuldades e as barreiras, conforme demonstrado pela maioria dos agricultores familiares pesquisado. Eles elencaram como desafios encontrados no processo de implementação do PNAE os seguintes gargalos: excesso de burocracia envolvida no processo do PNAE, atraso das chamadas públicas, questão da logística e de acesso, falta de interesse dos agricultores familiares em participarem do PNAE, dificuldades para ofertar os produtos diferenciados para escolas e a barreira para criação de cooperativas e associações.

As limitações apresentadas pelos agricultores familiares reforçam a importância da atuação e articulação bem estruturada entre os atores envolvidos no processo de implementação do programa, que favoreçam o alcance dos objetivos do PNAE. Desta forma, as contribuições e os desafios percebidos pelos agricultores familiares na participação do PNAE reforçam que eles tiveram a liberdade, capacidade e meios para fazerem escolhas e participar ativamente do programa, percebendo a melhora da sua qualidade de vida, além de entenderem os desafios que eles precisam ainda sanar.

Assim, é importante reconhecer que a realidade pode ser mais complexa e variar de região para região, e que a capacidade dos agricultores familiares de fazer escolhas e alcançar êxito nesse processo do PNAE pode ser influenciada por diversos fatores, como acesso a recursos, infraestrutura, educação e políticas públicas. Reconhece-se que, nem todos os agricultores familiares podem ter igualdade de oportunidades no contexto do PNAE, sendo importante que as políticas públicas levem em consideração essas desigualdades e trabalhem para garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento para todos.

Desta forma, pode-se inferir que tanto para região da Zona da Mata mineira, quanto em outras regiões do país, o PNAE desempenha um papel significativo no combate à fome, no incentivo à agricultura familiar, na melhoria da qualidade da alimentação escolar e no estímulo à educação; pois, ao comprar alimentos produzidos localmente, o programa promove o desenvolvimento econômico e social, criando mercados para os agricultores da região. Isso, por sua vez, pode fortalecer a economia local, melhorar as condições de vida das comunidades rurais e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento pessoal, social, local e regional. No entanto, existem desafios na implementação do



programa em nível local que precisam ser repensados e superados para avançar ainda mais o desenvolvimento da região.



REFERÊNCIAS

ABREU, K. D. R. A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas. 2014. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

ARAÚJO, A. L.; FAHD, P. G. Economia solidária e agricultura familiar: produção sustentável em uma associação na cidade de Castro, PR. In: OLIVEIRA, R. J. Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. p. 269-281.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, R. C.; FREITAS, A. F.; LORETO, M. D. S.; PAES, L. F. S. Mercado institucional e PNAE: desvelando aspectos subjacentes ao processo de implementação local. *Argumentum*, v. 14, n. 1, p. 132-149, 2022.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. *Interações (Campo Grande)*, v. 17, n. 3, p. 370-383, 2016.

BOURDIEU, P. Structures, habitus, practices. In: BOURDIEU, P. *The logic of practice*. Redwood City: Stanford University Press, 1990. p. 52-65.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...] e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Histórico. Brasília: MEC/FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/publicada-portaria-com-novas-condicoes-para-implementacao-do-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRITO, L. M. Elementos de influência no apego ao lugar de destino pelos turistas em Minas Gerais. 2019. 95 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMPOS, A. P. T. Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais. 2014. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



CARDOSO, E. M. S.; CARVALHO, C. M. R. G.; MORAES, E. C.; SOUSA, M. P.; PAZ, S. M. R. S.; SANTOS, M. M. Desafios na comercialização de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. *Recima21-Revista Científica Multidisciplinar*, v. 2, n. 8, p. 1-15, 2021.

CHRISTOFFOLI, P. I.; AZERÊDO, R. F.; CHRISTOFFOLI, G. T.; PRESA, R. B. Políticas públicas e a disputa de modelos de desenvolvimento: o PAA e PNAE sob ataque do agronegócio. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2021, São Carlos. Anais... São Carlos: ABPES, 2021.

CORAÇARI, I. C. S.; GOMES, M. L. M. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar através do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). In: CONGRESSO TECNOLÓGICO DA FATEC MOCOCA, 11, 2023, Mococa. Anais... Mococa: FATEC, 2023.

CUNHA, W. A. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

FERREIRA, R. L. A. Os atores e as redes de desenvolvimento rural na arena programam fábrica do agricultor na microrregião de Foz do Iguaçu-PR. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. The state of food and agriculture: innovation in family farming. Roma: FAO, 2014.

FOGUESATTO, C. R.; BREITENBACH, R.; GOMES, C. J. O. A importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a emancipação das mulheres rurais. *Revista de Administração IMED*, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2023.

FREITAS, A. F. Dinâmicas locais de implementação do programa nacional de alimentação escolar: uma abordagem relacional. 2017. 222 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

GEORGIN, J.; WIZNIEWSKY, J. G.; ROSA, A. L. D.; OLIVEIRA, G. A.; CAMPONOGARA, A. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. *Revista Monografias Ambientais*, v. 14, n. 3, p. 1-9, 2015.

GIDDENS, A. Elements of the theory structuration. In: GIDDENS, A. The constitution of society: outline of the theory of structuration. Los Angeles, CA: University of California Press, 1984. p. 1-39.

GONÇALVES, E. C. B. A.; GAMA, A. C.; MEDINA, T. S. Produtos da Agricultura Familiar (AF) nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo: aplicação da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Extensão Rural*, v. 27, n. 2, p. 89-100, 2020.

HAROLD, C. A.; MATTE, A.; VICTORIO, A. M.; LENZ, D. R. Protagonismo de cooperativas agropecuárias de agricultura familiar no Brasil. *Revista Grifos*, v. 32, n. 58, p. 1-20, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOSSMANN, M. P.; TEO, C. R. P. A. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. *Interações (Campo Grande)*, v. 18, p. 31-44, 2017.



PETARLY, R. R. Meios de vida das famílias rurais: um estudo da influência das políticas públicas de inclusão produtiva na divisão sexual do trabalho rural. 2021. 371 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

PIMENTEL, W.; CLAUDINO, L. S. D. Políticas públicas para agricultura familiar: avaliação do acesso ao PRONAF entre feirantes de uma associação de agricultores em Abaetetuba, Pará. *Desafios-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, v. 7, n. 3, p. 294-303, 2020.

PORRUA, P.; KAZAMA, D. C. S.; GABRIEL, C. G.; ROCKENBACH, G.; CALVO, M. C. M.; MACHADO, P. O.; NEVES, J.; WEISS, R. Avaliação da gestão do programa nacional de alimentação escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 28, p. 426-437, 2020.

PORTUGAL, S. Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção de bem-estar. 2006. 756 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2006.

SANTOS, L. F. Cooperativismo, políticas públicas e redes sociais: perspectivas para a promoção do desenvolvimento rural. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

SANTOS, T. T. B.; TORRES, R. L. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, e257596, 2022.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2011.

SILVA, J. M. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, S. P.; SAMBUICHI, R. H. R.; ALVES, F.; CIRÍACO, J. S. Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar e sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. (Texto para Discussão, 2934).

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; LUÍS, M. A. V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 25, n. 2, p. 221-228, 2011.

TEO, C. R. P. A.; MOSSMANN, M. P.; TAGLIETTI, R. L.; TRICHE, R. M. Agricultura familiar, alimentação escolar e a geração de oportunidades sociais para o desenvolvimento: experiências catarinenses. *Revista Grifos*, v. 29, n. 49, p. 67-88, 2020.

TRICHES, R. M. Reconnectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; LIMA, S. K. O desempenho recente das políticas de compras públicas da produção da agricultura familiar. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, n. 26, p. 385-405, 2019.



VALADARES, A. A.; ALVES, F.; BASTIAN, L.; SILVA, S. P. Da regra aos fatos: condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2022. (Texto para discussão, 2728).

VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 16, n. 1, p. 223-226, 2013.

WAMMES, L. T.; PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. B. O meio rural e as novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável. In: *JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO*, 2, 2013, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 25-44, 2014.